FACULDADE DO BAIXO PARNAÍBA
CURSO DE PEDAGOGIA

ANGELINA DE ARAUJO NUNES
MARIA DA CONCEIÇÃO PEREIRA RIBEIRO

PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CHAPADINHA:
entre o dito e o feito

Chapadinha
2016

ANGELINA DE ARAUJO NUNES
MARIA DA CONCEIÇÃO PEREIRA RIBEIRO

PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CHAPADINHA:
entre o dito e o feito

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Faculdade do Baixo Parnaíba para a obtenção do Grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profª. Msc. Cleane de Jesus Costa.

Chapadinha
2016

ANGELINA DE ARAUJO NUNES
MARIA DA CONCEIÇÃO PEREIRA RIBEIRO

PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CHAPADINHA:
entre o dito e o feito

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Faculdade do Baixo Parnaíba para a obtenção do Grau de Licenciatura em Pedagogia.

Aprovada em / /

BANCA EXAMINADORA

_____

Profª. Cleane de Jesus Costa (Orientadora)
Mestra em Desenvolvimento Humano
Faculdade do Baixo Parnaíba

_____

1º Examinador

_____

2º Examinador

À Deus.
Aos nossos familiares.

AGRADECIMENTOS

Queremos agradecer primeiramente a Deus.

Esposo, filhos, minha sogra Marlene e aos familiares nossos sinceros agradecimentos. Foram a vocês que recorremos ao longo da Faculdade e de toda uma vida e obtivemos afeto, quer através de carinho, entusiasmo, ou mesmo de um puxão de orelha. Momentos de dúvida, afirmação, frustração e vitória… Distância, economias, ausências, estresse com provas e escolhas, dúvidas, a tudo isso submetendo vocês, e recebemos apoio. Por tudo, agradecemos do fundo de nossos corações, na construção do nosso caráter e dos nossos princípios.

Agradecer também aos nossos mestres pelos ensinamentos transmitidos ao longo dessa jornada e pela amizade demonstrada. Aprendemos muito mais do que estava previsto em nossa matriz curricular. Aprendemos a escutar e a entender que ninguém consegue nada sozinho. Tivemos a possibilidade de enxergar os vários caminhos que só a vida, os homens e o conhecimento podem nos proporcionar. Obrigada professores, por acreditar em cada um de nós e pelo esforço, de todas as noites, transmitirem não só o que estava no planejamento.

À Diretora de Ensino Profª. Ms. Nony Braga.

À Faculdade do Baixo Parnaíba.

“(...) todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje (...).
Temos de saber o que fomos para saber o que seremos.”

Paulo Freire

RESUMO

O trabalho objetivou conhecer o Programa Mais Educação, sua implantação, implementação e possíveis contribuições no município de Chapadinha-MA. Os dados foram coletados, inicialmente, por meio de pesquisa bibliográfica fundamentados a luz dos principais teóricos que discutem a temática. Para tanto, buscou-se os documentos de referência: Brasil (2005, 2009, 2011, 2012 e 2013) e autores como Cavaliere (2010), Machado (2014), Rocha (2012), Victor e Almeida (2013), entre outros, que deram subsídios para a elaboração deste estudo. Quanto a pesquisa de campo, foram aplicados questionários com perguntas abertas para a Coordenadora do Programa no município, Gestores e Monitores e com perguntas abertas e fechadas para os alunos. Os resultados apontaram que o Programa enfrenta algumas dificuldades na sua implementação. Por sua vez, cada um dos sujeitos pesquisados, expressaram pontos de vista que foram confrontadas no decorrer da pesquisa. Portanto, constatou-se que o Programa Mais Educação apresenta uma proposta inovadora, porém, os gestores e monitores devem refletir e renovarem suas práticas, visando a organização e planejamento das atividades e dos locais onde são realizadas para que os alunos possam se envolverem e, efetivamente, aprenderem.

Palavras-chaves: Educação Integral. Mais Educação. Turno e contraturno.

ABSTRACT

The study aimed to know the More Education Program, its implementation, implementation and possible contributions in the municipality of Chapadinha-MA. Data were collected initially through literature substantiated the light of the main theorists who discuss the topic. Therefore, the reference documents was sought: Brazil (2005, 2009, 2011, 2012 and 2013) and authors like Cavaliere (2010), Machado (2014), Rocha (2012), Victor and Almeida (2013), among others which gave support for the preparation of this study. The field research, questions questionnaires were open to the Program Coordinator in the municipality, managers and monitors and with open and closed questions for students. The results showed that the program faces some difficulties in its implementation. In turn, each of the subjects, expressed views that were faced during the research. Therefore, it was found that the More Education Program presents an innovative proposal, however, managers and monitors should reflect and renew their practices to the organization and planning of activities and places where they are held for students to get involved and, effectively learn.

Keywords: Integral Education. More Education. Turn and contraturno.

LISTA DE SIGLAS

ANFOPE	-	Associação Nacional pela Formação de Profissionais da Educação
CIEPs	-	Centros Integrados de Educação Pública
CNTE	-	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CONSED	-	Conselho Nacional de Secretários de Educação
ECA	-	Estatuto da Criança e do Adolescente
EF	-	Ensino Fundamental
FNDE	-	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	-	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	-	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	-	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	-	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MCT	-	Ministério da Ciência e da Tecnologia
MDS		Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ME	-	Ministério do Esporte
MEC	-	Ministério da Educação
MINC	-	Ministério da Cultura
MMA	-	Ministério do Meio Ambiente
PAC	-	Plano de Aceleração do Crescimento
PDDE	-	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDE	-	Plano de Desenvolvimento da Educação
PME	-	Programa Mais Educação
PNE	-	Plano Nacional de Educação
SEB	-	Secretaria de Educação Básica
SECAD	-	Secretarias de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
UNDIME	-	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

SUMÁRIO

		p.
1	**INTRODUÇÃO**	10
2	**O CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL**	12
2.1	**Discutindo a concepção de Educação Integral**	14
2.2	**Refletindo a Educação Integral a partir do Programa Mais Educação**	15
3	**PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: aspectos histórico**	18
3.1	**O Programa Mais Educação: fundamentos legais**	21
3.2	**O Programa e seu funcionamento**	26
3.3	**O Programa e seus Princípios Pedagógicos**	29
3.4	**O Perfil dos profissionais do Programa Mais Educação**	32
3.5	**O Perfil dos alunos do Programa**	34
3.6	**A Relação do Programa Mais Educação com a Educação Integral**	35
4	**O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CHAPADINHA-MA**	38
4.1	**Lócus da Pesquisa**	38
4.2	**Análise e discussão dos resultados**	39
4.2.1	Análise do questionário aplicado à Coordenadora	39
4.2.2	Análise do questionário aplicado aos Gestores	42
4.2.3	Análise do questionário aplicado aos Monitores	47
4.2.4	Análise do questionário aplicado aos Alunos	52
5	**CONCLUSÃO**	55
	REFERÊNCIAS	56
	APÊNDICES	58

1 INTRODUÇÃO

Propõe-se neste estudo refletir sobre questões relacionadas ao Programa Mais Educação, do Sistema Federal de Ensino tendo em vista a ampliação do tempo da jornada no contexto escolar, por meio de uma pesquisa bibliográfica e de campo no município de Chapadinha – MA para conhecer as práticas e contribuições do Programa no município.

O Programa Mais Educação foi criado em 2007 e está sendo coordenado pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC), com o apoio das Secretarias de Educação dos Estados e Municípios.

Desse modo, o Programa agrupa as considerações sobre o período integral e educação integral. Implica o acréscimo das horas cotidianas do tempo escolar, com duração igual ou superior a sete horas diárias, bem como, a mudança no currículo na expectativa da educação integral, abrangendo novos campos de conhecimento e ações diferenciadas.

Considerando o exposto, realizou-se uma pesquisa de cunho bibliográfico qualitativa e, a partir dos documentos elaborados pelo MEC, entre outros, bem como, pesquisa de campo com a finalidade de coletar os dados necessários para subsidiar a realização desta monografia.

A pesquisa objetivou conhecer o Programa Mais Educação, sua implantação, implementação e possíveis contribuições no município de Chapadinha-MA, desenvolvidas no período 2014-2015. No decorrer da investigação foi possível identificar algumas provocações enfrentadas, assim como, o currículo que orientaram as práticas nesse contexto.

Desse modo, visando compreender melhor as questões relacionadas a temática em discussão, utilizou-se como instrumentos de coleta de dados a aplicação de questionários. Para a realização deste estudo procurou-se articular as expectativas das escolas por meio dos gestores, monitores e alunos a fim de compreender, com mais profundidade, o funcionamento do Programa Mais Educação, sobretudo, no município de Chapadinha-MA. Nessa perspectiva, entende-se que esta pesquisa tornou-se um instrumento para melhor conhecer tal realidade.

Convém ressaltar que todas as escolas nas quais funciona o Programa são da rede pública municipal de Chapadinha-MA, entretanto, nesta pesquisa somente as escolas localizadas na zona urbana foram envolvidas. Para tanto, contou-se com a

participação da coordenadora do Programa no município, 8 gestores, 16 monitores e 30 alunos.

Vale destacar que, embora o Programa contemple 24 escolas da zona urbana apenas 08 gestores se dispuseram a colaborar com a investigação, não justificando porquê não responderam aos questionamentos. Com relação aos monitores, foram distribuídos 50 questionários com cinco questões abertas, para aqueles que no momento se comprometeram a colaborar com a pesquisa, entretanto, somente 16 se dispuseram a responder, os demais alegaram não ter tido tempo.

No que diz respeito aos alunos foram aplicados 30 questionários com seis questões abertas e fechadas distribuídos livremente entre os que se dispuseram a participar da pesquisa.

A análise dos dados foi realizada considerando os questionários respondidos compostos de cinco questões para a coordenadora, gestores e monitores e de seis questões para os alunos.

Tais informações foram relevantes para subsidiar o conhecimento da realidade, aspecto indispensável para alcançar os objetivos da pesquisa. O levantamento dos dados com essência no referencial teórico permitiu articular a pesquisa de forma sistemática, organizada, coerente e objetiva, de modo que possibilite subsidiar estudos futuros nessa área.

Os sujeitos pesquisados têm identificação fictícia para manter em sigilo suas identidades. No que diz respeito aos sujeitos pesquisados um é a coordenadora do Programa no município; 8 gestores serão nomeados pelo termo Gestor precedido pelas letras do alfabeto maiúsculo: A, B, C, D, E, F, G e H; 16 monitores serão nomeados pelo termo Monitor precedido pelas letras do alfabeto maiúsculo: A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, M, N, O e P e 30 alunos pertencentes as escolas participantes do Programa. Quanto aos alunos não foram usadas legendas para identificá-los.

Desse modo, o percurso metodológico apresenta, inicialmente, a estruturação da pesquisa na introdução, em seguida aborda o contexto histórico da Educação Integral**,** discute a concepção de Educação Integral e reflete sobre a Educação Integral a partir do Programa Mais Educação. Em seguida analisa o histórico do Programa Mais Educação, seus fundamentos legais, funcionamento, princípios pedagógicos, perfil dos profissionais e dos alunos e a relação do Programa com a Educação Integral. Finaliza com a análise e discussão dos resultados e as conclusões que os dados permitiram alcançar.

2 O CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

De acordo com a Série Mais Educação, Educação Integral no país, nos meados do século XX, percebeu-se investidas expressivas em prol da Educação Integral, tanto nas ideias quanto nos atos de caráter pedagógico de “católicos, de anarquistas, de integralistas e de educadores como Anísio Teixeira”, (BRASIL, 2009, p. 17) que não só protegiam como buscavam instituir escolas em que essa compreensão fosse vivida. Todavia, vale destacar que eram sugestões e experimentos advindos de matrizes valores bastante diversificados e, de vez em quando, até contraditórios.

Durante os anos 30, o Movimento Integralista defendia a Educação Integral, tanto por meio dos textos de Plínio Salgado, seu diretor nacional, assim como daqueles realizados por participantes que representavam o Integralismo.

> Para eles, as bases dessa Educação Integral eram a espiritualidade, o nacionalismo cívico, a disciplina, fundamentos que, no contexto de suas ações, podem ser caracterizados como político-conservadores. Já para os anarquistas, na mesma década, a ênfase recaia sobre a igualdade, a autonomia e a liberdade humana, em uma clara opção política emancipadora. (BRASIL, 2009, p. 17).

O intelectual e educador Anísio Teixeira, um dos diretores do “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova”, refletindo na prática de um órgão púbico educacional para o Brasil, sugeria um ensino em que a instituição escolar oferecesse aos alunos um projeto completo de interpretação de textos, logística e escrita, noções físicas e sociais, além de artes para o setor industrial, bem como o desenho, e ainda canto, dança e instrução física, alimentação e saúde, uma vez que não é imaginável instruir o sujeito na condição de desnutrição e desamparo em que convivia.

Os princípios de uma compreensão de educação escolar que almejasse campos mais amplos da “cultura, da socialização primária, da preparação para o trabalho e para a cidadania” permaneceram presentes desde o princípio da trajetória de Anísio Teixeira como sábio e político. Essa compreensão foi sendo realizada e aprimorada durante toda a sua obra e abrangeu múltiplos componentes entre eles a sua constante conservação do acréscimo do período escolar discente nos diversos graus de ensino (CAVALIERE, 2010).

Conforme Brasil (2009, p. 17),

> Essa concepção, Anísio Teixeira colocou em prática no Centro Educacional Carneiro Ribeiro, implantado em Salvador, na Bahia, na década de 1950. Nesse Centro, encontramos as atividades, historicamente entendidas como escolares, sendo trabalhadas nas Escolas-Classe, bem como outra série de atividades acontecendo no contraturno escolar, no espaço que o educador denominou de Escola-Parque.

Durante os anos 60, a edificação da cidade de Brasília ocasionou inúmeros estabelecimentos de ensino arquitetados nessa mesma expectativa.

> Na década de 60, Anísio Teixeira, na presidência do INEP, foi convocado pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira para coordenar a comissão encarregada de criar o "Plano Humano" de Brasília, juntamente com Darcy Ribeiro, Cyro dos Anjos e outros expoentes da educação brasileira. A comissão organizou o Sistema Educacional da capital que pretendia, o então presidente da república, viesse a ser o modelo educacional para todo o Brasil. O sistema educacional elaborado criou a Universidade de Brasília e o Plano para a Educação Básica. Para o nível educacional elementar, foi concebido um modelo de Educação Integral inspirado no modelo de Salvador, porém mais evoluído. (BRASIL, 2009, p.18).

Nos anos 80, o experimento dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) institui-se como uma das mais contestadas criação de Educação Integral desenvolvidas no Brasil. Idealizados por Darcy Ribeiro, desde o experimento de Anísio Teixeira, e concebidos por Oscar Niemeyer, foram edificados cerca de quinhentos edifícios escolares no decurso dos governos de Leonel Brizola, no estado do Rio de Janeiro, da qual a organização consentia proteger o que se mencionava como Escola Integral em horário integral. Várias pesquisas foram desenvolvidas sobre essa criação, mostrando seus jeitos modernos e além disso, suas delicadezas.

No país do século XXI, apareceram vários projetos educacionais de governos do estado e municípios que congregam a concepção de educação integral. No ano de 2007, através da Portaria interministerial nº.17, foi criado o Programa Mais Educação, cuja finalidade foi nortear expedientes para "promover a educação integral dos alunos, por meio de ações sócio-pedadógicas no contra turno escolar". (CAVALIERE, [s/n] 2010).

Nessa ocasião em que reaparecem nas ações educativas, a opinião e a concepção de educação integral, é importante rever a obra de Anísio Teixeira. A maneira como o autor idealizou a educação integral e a instituição de período integral é base indispensável para uma discussão da temática que se sustente norteada pela acepção de popularização da realidade de ensino do país.

Nesse conexo, no subitem seguinte apresenta-se algumas considerações sobre o conceito de Educação Integral.

2.1 Discutindo a concepção de Educação Integral

A compreensão de educação integral[1] de Anísio Teixeira enraizou-se embasada no pragmatismo, na concepção de que a pessoa se configura e desenvolve na atividade, no fazer-se, e não por alguma ação exógena de aquisição de conhecimento formal. Além das compreensões e lutas políticas circunstanciais o grande diferencial da ideia sobre instrução escolar integral realizada por Anísio Teixeira deveu-se ao desenvolvimento de seus embasamentos filosóficos, desde precisamente, da filosofia social do pedagogo americano John Dewey. Se a esperança pedagógica estava difundida entre a intelectualidade do país dos anos 20 e 30, o intelectual Anísio Teixeira, em especial se aportava em uma esperança também filosófica, ou seja, na perspectiva de inexorabilidade da ação de integração social, hodierna na obra do filosofo John Dewey, lhe dando força para continuar com sua proposta reformista até o começo dos anos 60, quando nova época autoritária afastou-o de novo do campo político. (CAVALIARE, 2010).

Com base no Manual de Dúvida de Educação Integral (BRASIL, 2012, p. 4),

> A educação integral pode ser vista sob dois aspectos: como concepção e como processo pedagógico. Como concepção, visa à formação humana em suas múltiplas dimensões. Em outras palavras, não é possível educar sem reconhecer que os sujeitos se constituem a partir de sua integralidade afetiva, cognitiva, física, social, histórica, ética, estética, que, pela complexidade das relações que se estabelecem entre todos os elementos que coabitam a Terra, dialoga amplamente com as dimensões ambientais e planetárias, em um novo desenho das relações humanas e sociais.

Assim, a Educação suplica que permaneçam conectados e sejam desenvolvidos de maneira qualitativa, ambientes, tempos, saberes e conteúdo. Como ação educativa, a educação integral prediz atividades não dicotômicas, que distinguem a seriedade dos conhecimentos formais e não formais, a constituição de analogias democráticas entre sujeitos e grupos, indispensáveis à formação da pessoa,

[1] A Educação Integral refere-se tanto a uma concepção teórica específica de educação quanto a um projeto de educação. A educação é por definição integral à medida que deve atender todas as dimensões do desenvolvimento humano. O tempo de permanência na escola é apenas um dos três pilares que sustentam a concepção de educação integral. O primeiro é o desenvolvimento do ser humano em todas as suas dimensões: intelectual, afetivo, social e físico. O segundo é a integração de tempo e espaço. Os sujeitos se desenvolvem e compartilham saberes, dentro e fora da escola. O terceiro é o desenvolvimento das atividades em tempo integral.

respeitam os conhecimentos prévios, as várias diferenças e afinidades e fazem de todos nós indivíduos históricos e sociáveis.

> A Educação Integral constitui ação estratégica para garantir proteção e desenvolvimento integral às crianças e aos adolescentes que vivem na contemporaneidade marcada por intensas transformações: no acesso e na produção de conhecimentos, nas relações sociais entre diferentes gerações e culturas, nas formas de comunicação, na maior exposição aos efeitos das mudanças em nível local, regional e internacional. (BRASIL, 2009, p.18).

Desse modo, o entendimento de educação integral não se pode resumir a ampliação do tempo de permanência do estudante na escola. Mesmo sendo de grande valia esse fator para o avanço escolar existem outros fatores que também influenciam na melhoria da qualidade educacional.

Compreende-se que a Educação Integral é resultado de discussões entre o órgão público, o segmento escolar e a sociedade civil, de maneira a garantir o acordo coletivo com a constituição de uma proposta de ensino que instigue a valorização aos direitos humanos e o exercício da cidadania.

A criação de uma sugestão de Educação Integral está envolvida no atendimento dos trabalhos públicos agenciados para aplicação integral, ajustada à assistência social, o que implica ações integradas que levem em cona além do ensino outras demandas dos envolvidos, articuladas entre as áreas de ensino, da ampliação social, da saúde, do lazer, da inserção social e cultural.

Nesse contexto, entende-se que o período caracterizado é aquele que compõe ações pedagógicas diversificadas e que, ao realizá-la colabora para a formação global. Compreende-se que a expansão do tempo deve ser seguida pela qualidade nas ações que instituem a jornada estendida na escola.

2.2 Refletindo a Educação Integral a partir do Programa Mais Educação

Para Silva e Silva (2013), os conflitos da ampliação do tempo escolar, bem como o destaque da educação integral vêm recebendo cuidado especial no cenário educacional do país. Uma das principais atividades do sistema federal, objetivando melhorar o ensino público brasileiro, foi a invenção do Programa Mais Educação. Começando no segundo governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva e desenvolvido na administração da presidenta Dilma Rousseff, o Mais Educação foi estabelecido através da Portaria Interministerial nº 17 e regimentado pela Lei de nº

7.083/2010, “além de procurar se explicar em extensa ratificação legal e atividade estratégica do sistema, uma vez que associa o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), considerado por Lula o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) da Educação”. (SILVA e SILVA, 2013, p. 703).

O Mais Educação, como uma das atividades do PDE, parte ainda da proposição de que o melhoramento do ensino do país é a base o desenvolvimento da nação. A disposição de retomar a ideia de ensino integral no país é contemporânea a luta do Sistema para a oferta de ações redistributivas de luta à pobreza.

Para afrontar a conjuntura de vulnerabilidade e situação de risco da população, a escola precisa desempenhar a dupla provocação de garantir e educar os alunos.

> A proposta central é que o currículo parta das diferentes realidades, possibilitando o diálogo entre as diversas culturas, relacionando os saberes comunitários com os escolares. Como forma de superar essa oposição entre saberes escolares e comunitários, o Programa Mais Educação lança mão do pensamento de Santos (1998) para defender que, por meio do diálogo, é possível avançar na formulação de um pensamento síntese, capaz de fazer desaparecer a distinção entre conhecimento científico e cotidiano. (SILVA e SILVA, 2013, p. 704).

Assim, o Programa Mais Educação procura inspiração nas opiniões de Umberto Eco (2007), conforme o qual a ação pedagógica criadora é idêntica a uma arquitetura aberta, e mostra a Mandala de Saberes como elemento educativo capaz de construir essa ação que se abre a fim de que diversos indivíduos possam decidir suas posições, seguimentos e maneiras modificando a prática educativa em ambiente de comunicação e negociação, ou, mesmo, de construção.

Segundo Silva e Silva (2013), no que diz respeito ao papel de garantir e educar, mesmo que o sistema federal as mostrar como imperativo de uma realidade recente, objetivando atender os sujeitos em condição vulnerável socialmente, pode-se afirmar que ao longo do tempo, teve um progresso bastante significativo quanto ao desenvolvimento de atividades do ensino público no país, passando esse a assumir papeis de auxilio social.

De acordo com Silva e Silva (2013, p. 706),

> Saviani, já em 1983, denominou esse fenômeno como educação compensatória. Por sua vez, [...] nos anos 1980 algumas propostas de escolas de tempo integral seriam exemplos extremos da recriação da escola pública, com base numa concepção ampliada de espaço e funções escolares. Naquele momento, a ideia de uma escola de qualidade para os pobres não seria a expansão do modelo escolar das elites para toda a rede, e sim a realização de mais coisas por meio da escola.

No atual panorama de hegemonia neoliberal, o desenvolvimento das funções da instituição escolar, congregando ações de amparo social, é uma demonstração do aprofundamento da diminuição das ações sociais que modificam o ensino público elementar do país em uma condição de posto adiantado do Estado, usada para assegurar certas situações de influência populacional e territorial, maneiras diversas de transação do poder em diversas escalas e certo acúmulo econômico de aspecto em outras áreas da vida social. Vale destacar ainda que essa ação protetora como demonstração ampliada dos papeis da escola, está relacionada as diminuições no setor público em pelo menos duas direções: na ação social e nas estaturas e situações formativas da instituição escolar.

Além do mais em muitas situações, as ações que migram para o espaço escolar não têm sido inteiramente desenvolvidas. “No geral, são arremedos de ação, cujos efeitos são deslocar a centralidade do ensino e dissimular as omissões do Estado” (ALGEBAILE, 2009, p. 27). De modo a parecer que conflitos sociais, educacionais, econômicos e culturais dentre outros fatores são decorrentes da deficiência educativa e cultural da população (ALGEBAILE, 2009).

> É importante destacar ainda o fato de o governo federal se colocar apenas na posição de indutor, não garantindo as condições objetivas essenciais ao pleno desenvolvimento da política de educação integral. Conforme vimos nos documentos analisados, questões fundamentais, como valorização profissional, regulamentação do piso salarial e incremento do financiamento, dependem da conquista dos trabalhadores por meio da participação em negociações e de uma possível mobilização nacional. (SILVA e SILVA, 2013, p. 706).

Essa maneira de conceber a ação pedagógica integral tem analogia com uma redução à diversidade culturalista abraçada pelo Programa Mais Educação, que submete a ação cultural, oferecendo destaque às diversidades culturais, através da grande influência da ideia pós-moderna. É por meio do núcleo político que as diversidades culturais, o multiculturalismo, conseguem ganhar status de posição da realidade e programa de interferência política e educativa.

> A pedagogia do Programa Mais Educação expressa uma centralidade de diferenças culturais e busca inspiração nas elaborações do pragmatismo de John Dewey e Anísio Teixeira, sobretudo com base na compreensão desses autores acerca da impossibilidade do ensino único numa sociedade como a do Brasil, complexa e diversa culturalmente (Teixeira, 1924). Portanto, evidencia-se na concepção de educação integral do Programa Mais Educação uma aproximação com o pragmatismo de Anísio Teixeira, sendo que o tema da diferença e da diversidade assume agora tom pós-moderno (pós-estruturalista) dos denominados estudos culturais. (SILVA e SILVA, 2013, p. 707).

Ao persistir que a comunidade é intrinsecamente diversificada e ao recusar qualquer pensamento de todos que poderia nos deixar ver, nos ares comuns, acordos entre os dados heterogêneos e diferentes a ideia pós-moderna, pós-estruturalista extenua sua própria competência de contestar as elucidações natural das diversidades. (SILVA e SILVA, 2013).

3 PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: aspectos históricos

De acordo com o MEC o Programa Mais Educação foi instituído pelo documento de nº 17/2007 e pela Lei 7.083/2010 e agrega as atividades do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como uma ação governamental da esfera federal para levar o acréscimo da jornada educativa e a estrutura do currículo, no ponto de vista da Educação Integral. (BRASIL, 2003).

Tal proposta surge com a premissa da constituição de uma atividade Intersetorial abrangendo as questões públicas educativas e sociais, salientando, dessa maneira, colaborar para a redução das diferenças educacionais e também para o enriquecimento da variedade cultural do país.

Desse modo, põe em diálogo as atividades realizadas pelo MEC e outras secretarias bem como "da Cultura-MINC, do Esporte-ME, do Meio Ambiente-MMA, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS, da Ciência e da Tecnologia-MCT e, também, da Secretaria Nacional de Juventude", incidindo ainda a contar, no ano de 2010, com a colaboração do Ministério da Defesa, na expectativa de ampliação dos setores educativos. (BRASIL, 2009, p.4).

Essa ação causa o aumento de períodos, espaços, chances educativas e a partilha da atividade de desenvolver a aprendizagem entre os especialistas da educação e de outros campos, os familiares e os diferentes setores sociais, na responsabilidade da coordenação da instituição escolar, bem como, com os diretores, docentes, alunos e funcionários. Isto porque a Educação Integral, ligada a ação de escolarização, implica a aprendizagem atrelada à vida e ao mundo de interesses e de oportunidades dos sujeitos envolvidos.

A Educação Integral exprime o entendimento do direito de instruir-se como essencial ao "direito à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade e à convivência familiar e comunitária" (BRASIL, s/n, 2009) e também como necessária para o pleno desenvolvimento de uma comunidade democrática. Através, da Educação Integral, procura-se conhecer as várias dimensões da pessoa e a particularidade do desenvolvimento dos sujeitos.

Esse pensamento está presente na lei da educação do país e pode ser encontrada também em vários documentos como:

> Constituição Federal, nos artigos 205, 206 e 227; no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990); na Lei de Diretrizes e Bases da Educação

> Nacional (Lei nº 9.394/1996); no Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001; Projeto de Lei 8.035/2010); no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB (Lei nº 11.494/2007; Decreto nº 6.253/2007; Portaria 873/2010) e no Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE (2007), por meio do Programa Mais Educação. (BRASIL, 2013b, p. 5).

Entende-se que a Educação Integral em segmento ampliado no país é um artifício público em constituição e uma grande provocação para administradores educacionais, professores e sociedades que, simultaneamente aumenta o direito ao ensino básico e contribui para recriar a escola. Assim, o Programa Mais Educação instiga a construção do diálogo, do período de escolarização constituído com o período ampliado, ultrapassando o sentido de turno e contraturno, e a compreensão de que a ação realizada na esfera do Programa contribui para assegurar o direito de ampliação e aprendizado dos alunos e de que a aprendizagem integra a ação mental e deve ter um significado agradável e também ser um ato prazeroso. (BRASIL, 2013b).

O Programa Mais Educação oferece atendimento, prioritariamente, em estabelecimentos de ensino de baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), primeiro localizadas em capitais e setores metropolitanos, dando início no ano de 2010 em outras cidades acima de 90.000 moradores em espaços abalizados por condições de fragilidade social e pedagógica que demandam a centralização emergente de políticas públicas.

> Em 2011, o Programa atinge cerca de 15.000 escolas, incluindo-se municípios com mais de 18.800 habitantes. No plano de expansão de 2012, aderem ao Programa mais de 15.000 novas escolas, selecionadas pelos seguintes critérios prioritários: serem do campo ou urbanas, sendo as urbanas com índices igual ou superior a 50% de estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família. Dessa forma, participam da adesão ao Mais Educação 32.074 escolas, com a perspectiva de chegar a 45.000 em 2013. Até 2014, a previsão é de que o Programa Mais Educação esteja em todo território nacional, chegando a 60.000 escolas. (BRASIL, 2013b, p.5).

O Programa Mais Educação tende a impulsionar através de comoção, apoio e suporte, planos ou atividades de junção de ações sociais e práticas de atividades socioeducativas proporcionadas gratuitamente ao público infantil e juvenil e que ponderem os imediatos nortes:

> I. Contemplar a ampliação do tempo e do espaço educativo de suas redes e escolas, pautada pela noção de formação integral e emancipadora;
> II. Promover a articulação, em âmbito local, entre as diversas políticas públicas que compõem o Programa e outras que atendam às mesmas finalidades;
> III. Integrar as atividades ao projeto político-pedagógico das redes de ensino e escolas participantes;

> IV. Promover, em parceria com os Ministérios e Secretarias Federais participantes, a capacitação de gestores locais;
> V. Contribuir para a formação e o protagonismo de crianças, adolescentes e jovens;
> VI. Fomentar a participação das famílias e comunidades nas atividades desenvolvidas, bem como da sociedade civil, de organizações não governamentais e esfera privada;
> VII. Fomentar a geração de conhecimentos e tecnologias sociais, inclusive por meio de parceria com universidades, centros de estudos e pesquisas, dentre outros;
> VIII. Desenvolver metodologias de planejamento das ações, que permitam a focalização da ação do Poder Público em territórios mais vulneráveis; e
> IX. Estimular a cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios. (BRASIL, 2013b, p.4).

O Programa Mais Educação, sucede da mesma maneira da Educação Integral, protegida pela lei educacional do país, o que segundo o Manual Passo a passo, Mais Educação é plausível constatar que o Programa tem suas bases norteadas, pela crença que por meio da constituição de uma Educação Integral, e da ação articulada/integrada realizada pela instituição escolar, sociedade e família, o programa colaborará ainda para a redução das diferenças educacionais. Nesse sentido, o Programa tem seus procedimentos norteados de modo a envolver diversos saberes, sujeitos e cenários educacionais, metodologias e conteúdos que venham contribuir realmente para o pleno desenvolvimento da pessoa, haja vista crer que através desse envolvimento, é provável estabelecer um ensino que sistematize um aprendizado significativo que legitimamente prepare o sujeito para a vida. (BRASIL, 2009).

No Art. 3º da Lei de nº 7.083/2010 são desígnios do Programa Mais Educação:

> I - formular política nacional de educação básica em tempo integral; II - promover diálogo entre os conteúdos escolares e os saberes locais; III - favorecer a convivência entre professores, alunos e suas comunidades; IV - disseminar as experiências das escolas que desenvolvem atividades de educação integral; e V - convergir políticas e programas de saúde, cultura, esporte, direitos humanos, educação ambiental, divulgação científica, enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, integração entre escola e comunidade, para o desenvolvimento do projeto político-pedagógico de educação integral. (BRASIL, 2010b, p. 6).

O Programa Mais Educação tem por finalidades desenvolver com o apoio entre os sistemas de governo do país, bem como, a União, governos de Estados, o Distrito Federal e os governos Municipais, por meio de auxilio técnico e financeiro as ideias de acréscimo carga horária nas escolas da rede pública de ensino básico. (BRASIL, 2010b)

A Lei de nº 7.083/2010 em seu parágrafo primeiro ressalta que o Programa Mais Educação será efetuado e administrado pelo Ministério da Educação, que publicará as suas normas gerais.

No parágrafo segundo destaca que para atingir os designíos do Programa poderão ser desenvolvidas companhias com outros aparelhos com o intuito de realizar atividades conjuntas, deliberando-se as atribuições e os acordos de cada participante em ação própria.

No que diz respeito ao paragrafo terceiro, na esfera local, o desempenho e a direção do Programa Mais Educação ficarão a cargo das Secretarias de Educação, que reunirão suas atividades com os sistemas públicos dos campos esportivos, culturais, e tecnológicos, meio ambiente e de grupos de jovens sem perda de outros sistemas e estabelecimento do governo estadual e municipal, bem como da sociedade como um todo.

Assim, discute-se a seguir sobre as leis que regem o Programa Mais Educação.

3.1 O Programa Mais Educação: fundamentos legais

De acordo com o MEC, o Programa Mais Educação está previsto na Lei que rege a educação do país, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.494/96 e contemplada também na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 9089/1990 e ainda no Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172/01, no Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e de Valorização do Magistério (FUNDEB), Lei nº 11.494/2007. (BRASIL, 2012).

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, reconhece a importância do direito a todas as pessoas como fundamental o seu pleno desenvolvimento.

No artigo 205 da Constituição Federal de 1988 está prescrito que:

> A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2013a, p. 55).

Entende-se que tal direito visa o desenvolvimento da pessoa na sua totalidade, preparando-o para o exercício pleno da cidadania. Para tanto, a escola tem

um papel social muito significativo na sociedade, não basta apenas transmitir conteúdos curriculares, pois o seu papel de educar vai muito além. A escola deve ter uma preocupação centrada na formação do indivíduo na sua totalidade, oferecendo uma proposta que envolva compromisso com os educandos, favorecendo-lhe o pleno desenvolvimento de suas potencialidades, privilegiando a preparação para a cidadania.

O artigo 206 da Constituição Federal afirma:

> O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
> I. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
> II. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
> III. Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
> IV. Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
> V. Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
> VI. Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
> VII. Garantia de padrão de qualidade;
> VIII. Piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.
> Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (BRASIL, 2013b, p. 27).

Assim, de acordo com o artigo 206 da Constituição, entende-se que o atendimento educacional deve possibilitar ao aluno condições de acesso ao conhecimento a fim de que ele seja capaz de desenvolver suas capacidades e atingir seu potencial dentro e fora da escola.

Conforme o artigo 227, da Constituição, é responsabilidade da família assegurar à educação aos seus filhos menores. Inclusive, no ECA em seus artigos 22 e 55 ressalta que “Aos pais incube o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores. Os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. (BRASIL, 2013a, p. 13).

O artigo 53 do ECA institui que as crianças e os adolescentes possuem direito a um ensino que os possibilite desenvolver-se integralmente, de modo a lhes preparar para o mundo do trabalho. Vale ressaltar, ainda, em seu artigo 59 que é responsabilidade do Governo Municipal, Estadual e União promoverem o acesso em ambientes culturais, esportivos e recreativos de maneira gratuita próximo de suas casas. É direito também dos familiares o poder de participação na ação pedagógica e

nas tomadas de decisões das propostas pedagógicas (BRASIL, 2013a).

A LDB n° 9.394/96, nos seus artigos 34 e 87 afirma que:

> Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.
> § 1º São ressalvados os casos do ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas nesta lei.
> § 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino. (BRASIL, 2010a, p. 11).
>
> Art. 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta lei.
> § 1º A União, no prazo de um ano a partir da publicação desta lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.
> § 2º O poder público deverá recensear os educandos no ensino fundamental, com especial atenção para o grupo de seis a quatorze anos de idade e de quinze a dezesseis anos de idade.
> § 3º O Distrito Federal, cada estado e município e, supletivamente, a União, devem: I – matricular todos os educandos a partir dos seis anos de idade no ensino fundamental; [...];
> II – prover cursos presenciais ou a distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados;
> III – realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação a distância;
> IV – integrar todos os estabelecimentos de ensino fundamental do seu território ao sistema nacional de avaliação do rendimento escolar.
> § 4º Até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço.
> § 5º Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o **regime de escolas de tempo integral**.
> § 6º A assistência financeira à União aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, bem como a dos estados aos seus municípios, fica condicionada ao cumprimento do art. 212 da Constituição Federal e dispositivos legais pertinentes pelos governos beneficiados. (BRASIL, 2010a, p. 18, grifo nosso).

Os artigos 34 e 87 da LDB n º 9.394/96 apresentam como registro que o ensino fundamental seja ofertado em período integral de maneira progressiva.

De acordo com a Lei n° 7.083/2010, as bases da Educação Integral são traduzidas pelo entendimento do direito de aprender como intrínseco ao direito do exercício à cidadania.

Em 9 de janeiro de 2001 a Lei nº 10.172, constituiu o PNE que recupera e aprecia a Educação Integral como oportunidade de desenvolvimento global do sujeito. O PNE adianta para mais à frente do texto da LDB, ao proporcionar o ensino em período integral como finalidade do Ensino Fundamental e, ainda, da Educação Infantil. O PNE propõe como objetivo o acréscimo progressivo do período escolar para um tempo de, no mínimo 7 horas durante o dia, além de favorecer a participação da

sociedade na gestão escolar, excitando o fortalecimento e a criação de Conselhos Escolares. O decreto de nº 11.494/2007, que instituiu o FUNDEB, estabelece e normatiza o ensino básico em período integral e os primeiros e últimos anos do ensino fundamental, art.10, § 3º, recomendando que a lei subsequente deverá legalizar esse tipo de ensino.

> [...] o decreto nº 6.253/07, ao assumir o estabelecido no Plano Nacional de Educação, definiu que se considera "educação básica em tempo integral a jornada escolar com duração igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o período letivo, compreendendo o tempo total que um mesmo estudante permanece na escola ou em atividades escolares" (art. 4º). Foi criado o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Decreto nº 6.094/07) cujo objetivo é produzir um conjunto de medidas específicas que visem à melhoria da qualidade da educação básica em cada território. Este compromisso significa a conjugação dos esforços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, atuando em regime de colaboração, das famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação básica. A Educação Integral também compõe as ações previstas no Plano de Desenvolvimento da Educação, o qual prevê que a formação do estudante seja feita, além da escola, com a participação da família e da comunidade. Esta é uma estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral. É elemento de articulação, no bairro, do arranjo educativo local em conexão com a comunidade que organiza em torno da escola pública, mediante ampliação da jornada escolar, ações na área da cultura, do esporte, dos direitos humanos e do desenvolvimento social. (BRASIL, 2013a, p. 4).

Assim, foi instituído o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação Lei de nº 6.094/07, cuja finalidade é trazer medidas particulares tendo em vista o progresso educativo básico em cada setor territorial. Este acordo representa a junção dos esforços de todos os órgãos governamentais agindo em caráter de colaboração, dos familiares e da sociedade, em bem da melhoria do ensino básico.

O PNE Lei de nº 13.005/2014, objetiva em uma de suas metas "oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, cinquenta por cento das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, vinte e cinco por cento dos(as) alunos(as) da educação básica". (BRASIL, 2014, p. 32).

O Presidente Luís Inácio Lula da Silva considerando o caráter de atribuição que outorga o art. 84, inciso IV, da Carta Magna e visando o dispositivo legal no art. 34 da LDB nº 9.394/96, na Lei nº 10.172/ 2001, e na Lei nº 11.947/ 2009, estabelece que:

> Art. 1º O Programa Mais Educação tem por finalidade contribuir para a melhoria da aprendizagem por meio da ampliação do tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens matriculados em escola pública, mediante oferta de educação básica em tempo integral.
> § 1º Para os fins deste Decreto, considera-se educação básica em tempo integral a jornada escolar com duração igual ou superior a sete horas diárias,

> durante todo o período letivo, compreendendo o tempo total em que o aluno permanece na escola ou em atividades escolares em outros espaços educacionais.
> § 2º A jornada escolar diária será ampliada com o desenvolvimento das atividades de acompanhamento pedagógico, experimentação e investigação científica, cultura e artes, esporte e lazer, cultura digital, educação econômica, comunicação e uso de mídias, meio ambiente, direitos humanos, práticas de prevenção aos agravos à saúde, promoção da saúde e da alimentação saudável, entre outras atividades.
> § 3º As atividades poderão ser desenvolvidas dentro do espaço escolar, de acordo com a disponibilidade da escola, ou fora dele sob orientação pedagógica da escola, mediante o uso dos equipamentos públicos e do estabelecimento de parcerias com órgãos ou instituições locais. (BRASIL, 2010a, p. 4).

No artigo 2º determina que:

> I - a articulação das disciplinas curriculares com diferentes campos de conhecimento e práticas socioculturais citadas no § 2º do art. 1º;
> II - a constituição de territórios educativos para o desenvolvimento de atividades de educação integral, por meio da integração dos espaços escolares com equipamentos públicos como centros comunitários, bibliotecas públicas, praças, parques, museus e cinemas;
> III - a integração entre as políticas educacionais e sociais, em interlocução com as comunidades escolares;
> IV - a valorização das experiências históricas das escolas de tempo integral como inspiradoras da educação integral na contemporaneidade;
> V - o incentivo à criação de espaços educadores sustentáveis com a readequação dos prédios escolares, incluindo a acessibilidade, e à gestão, à formação de professores e à inserção das temáticas de sustentabilidade ambiental nos currículos e no desenvolvimento de materiais didáticos;
> VI - a afirmação da cultura dos direitos humanos, estruturada na diversidade, na promoção da equidade étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política e de nacionalidade, por meio da inserção da temática dos direitos humanos na formação de professores, nos currículos e no desenvolvimento de materiais didáticos; e
> VII - a articulação entre sistemas de ensino, universidades e escolas para assegurar a produção de conhecimento, a sustentação teórico-metodológica e a formação inicial e continuada dos profissionais no campo da educação integral. (BRASIL, 2010b, p. 7).

Desse modo, o documento constitucional estabelece ainda que a União, o Estado e Municípios assegurem a todos os alunos do ensino fundamental o atendimento escolar em período integral, bem como a produção de saberes de alunos e profissionais da área.

A partir dessas considerações é de suma importância ressaltar que o progresso na melhoria do ensino, é evidenciado nas Leis educacionais do país. Evidencia-se, ainda, que com a criação de Programas, o país deu a arrancada para disseminar sua educação a graus mínimos necessários.

Assim, subitem seguinte faz-se uma breve descrição sobre o Programa e seu funcionamento.

3.2 O Programa e seu funcionamento

Conforme Amaral, Victor e Almeida (BRASIL, 2013b), ao concordarem com o título das “cidades educadoras”, o Programa Mais Educação enfoca a coerência entre as atividades público/particulares para o acréscimo do período escolar e com isso acrescenta, ainda, o número de ambientes e sujeitos envolvidos.

Desse modo, no setor profissional surgem espaços para que outras pessoas façam parte desse campo educativo, antes limitado aos professores do próprio estabelecimento de ensino. O Programa Mais Educação prevê o atendimento de um número considerado de ações, o que obviamente provoca em uma procura por pessoas que possam atuar com suas temáticas.

O Programa Mais Educação não estabelece o contrato desses sujeitos, com ligamento empregatício com a instituição escolar, portanto, acaba agenciando o surgimento de novas pessoas que irão atuar no atendimento das ações pedagógicas no contraturno da escola. Assim, o Programa oportuniza serviço a outros profissionais e busca atender a esse imperativo estimulando dessa forma o serviço voluntário.

Dessa maneira, para compreender a instituição do profissional que vai trabalhar no Programa Mais Educação (PME) é de suma importância levar em conta o estímulo ao voluntariado, localizado especialmente nas escrituras do Manual da Educação Integral, o qual aborda sobre o custeio do Programa, determina que as ações no tempo integral sejam desenvolvidas por monitores, levando em conta, a proposição a seguir:

> O trabalho de monitoria deverá ser desempenhado, preferencialmente, por estudantes universitários de formação específica nas áreas de desenvolvimento das atividades ou pessoas da comunidade com habilidades apropriadas, como, por exemplo, instrutor de judô, mestre de capoeira, contador de histórias, agricultor para horta escolar, etc. Além disso, poderão desempenhar a função de monitoria, de acordo com suas competências, saberes e habilidades, estudantes da EJA e estudantes do ensino médio. Recomenda-se a não utilização de professores da própria escola para atuarem como monitores, quando isso significar ressarcimento de despesas de transporte e alimentação [...]. (BRASIL, 2009, p. 23).

Entende-se, portanto, que o acréscimo do tempo nos espaços escolares que aderem ao Programa Mais Educação está acontecendo por meio da realização de serviço voluntário e de associação entre os órgãos públicos e particulares. Assim, vêm à tona novos conflitos para a instituição escolar, que passa a desenvolver

trabalhos com pessoas, que antes não contribuíam com a organização em seu cotidiano.

Contudo, o Programa constitui assim um novo modelo para os afazeres pedagógicos, que passam a ser desempenhados no período regular pelos educadores e no contraturno executados pelos monitores. Tanto os professores quanto os monitores desenvolvem as mesmas ações, todavia com maneiras diferentes. E quanto mais afastados andam docentes e monitores mais definidas se tornam essas divergências.

No ano de 2012, os estabelecimentos de ensino do campo passaram a fazer parte também no Programa e, para esses espaços educativos foi criado um esquema de organização das ações em 07 ambientes, macrocampos, os quais foram conservados para o apoio ao Programa Mais Educação no ano de 2013. “São eles: 1 Acompanhamento Pedagógico 2. Agroecologia 3. Cultura, Artes e Educação Patrimonial 4. Educação em Direitos Humanos 5. Esporte e Lazer 6. Iniciação Científica 7. Memória e História das Comunidades Tradicionais”. (BRASIL, 2013b, p. 6).

No ano de 2013 para as instituições de ensino da zona urbana que já executavam o Programa, foram sugeridos 07 macrocampos:

> 1 Acompanhamento Pedagógico 2. Comunicação, Uso de Mídias e Cultura Digital e Tecnológica 3. Cultura, Artes e Educação Patrimonial 4. Educação Ambiental e Sociedade Sustentável 5. Esporte e Lazer 6. Educação em Direitos Humanos 7. Promoção da Saúde. (BRASIL, 2013b, p. 6).

Além dessa proposta para os estabelecimentos de ensino urbano foi também pensado num ajuntamento dos macrocampos, que brotou em uma sugestão de 05 temas, que são:

> 1. Acompanhamento Pedagógico 2. Comunicação, Uso de Mídias e Cultura Digital e Tecnológica 3. Cultura, Artes e Educação Patrimonial 4. Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária e Criativa/Educação Econômica 5. Esporte e Lazer. (BRASIL, 2013b, p. 6).

Conforme a proposta educativa em curso, as Instituições Escolares podem nomear ações no universo de oportunidades oferecidas. Todavia, uma dessas ações, necessariamente precisa ser do macrocampo. “Acompanhamento Pedagógico”. A descrição de cada ação em termos de apontamento e de expedientes didático-educativos e financeiros preditos é divulgado, anualmente, em prontuário exclusivo e

relacionado à Educação Integral, que segue a resolução do Programa Dinheiro Direto na Escola. (BRASIL, 2013b).

> Para as escolas urbanas participantes da adesão ao Programa Mais Educação até 2012, orienta-se que o macrocampo Acompanhamento Pedagógico também possibilite um tempo diário e significativo para o aprofundamento e o acompanhamento do que foi aprendido em sala de aula, enfatizando ações que promovam a paixão pela literatura, o convívio com a escrita e a leitura compartilhada de textos, o desenvolvimento do pensamento lógico-matemático, a compreensão das relações sociais e humanas e das relações entre os diferentes seres da natureza, dentre outras aprendizagens significativas dos diferentes campos do conhecimento. (BRASIL, 2009, p. 7).

Desse modo, a reestruturação do macrocampo “Acompanhamento Pedagógico” foi constituída na expectativa de compensar a proposta curricular de maneira que a Instituição Escolar vislumbre o aparelhamento do período integral, relacionando as ações do Programa Mais Educação e os elementos curriculares. Convém, ainda, afirmar que os estabelecimentos educativos que formam o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa apreciem alunos do ensino fundamental nas ações do Mais Educação e integrem, particularmente, na ação de “Acompanhamento Pedagógico” atividades de “Alfabetização e Letramento”. Outro ponto a ser considerado é que no ano de 2013 foram ofertadas ações especiais para o público de 15 a 17 anos de idade que continuavam no Ensino Fundamental, todavia, somente para os alunos de escolas participantes do Programa no ano de 2010 e com recomendação dessa exigência.

A finalidade dessa atividade foi encarar a realidade apresentada em todo país, uma vez que 3 milhões e 900 mil jovens de 15 a 17 anos ainda não chegaram ao ensino médio por terem passado por sucessivas retenções. Desse modo, é pensado uma atividade com o intuito de criar projetos com esse público jovem, de modo a propiciar atividades integradas entre distintos campos do saber, com a finalidade principal de guiar a construção de ambientes para refletir sua proposta de vida, realizando autoria e independência dos alunos.

> [...] deseja-se que tais atividades permitam aos jovens lançar um olhar sobre suas trajetórias escolares, planejando e executando propostas de caráter investigativo, prosseguir em seus estudos e realizar aproximações com o mundo do trabalho. Com relação ao macrocampo de Esporte e Lazer para as escolas participantes do Programa até 2012, possibilita-se o desenvolvimento do Esporte na Escola e de múltiplas vivências e modalidades esportivas integradas a uma única proposta pedagógica, tendo a modalidade de atletismo uma atenção especial. Para as escolas participantes do Programa até 2012, ainda se passa a orientar a realização de atividades dos macrocampos Educação em Direitos Humanos e Promoção da Saúde, quando escolhidas, articuladas como temas transversais com as demais

> atividades selecionadas no Mais Educação, sobretudo nos macrocampos de Comunicação, Uso de Mídias e Cultura Digital e Tecnológica (exemplo: jornal, rádio escolar etc) e Cultura, Artes e Educação Patrimonial (exemplo: teatro, dança etc). (BRASIL, 2009, p.7).

A sugestão é instigar nos alunos a reflexão, a comunicação sobre seus direitos e a compreensão de responsabilidades e cuidados enquanto atores de um grupo social livre, com ideias próprias, a partir do ambiente escolar, cultural e social em que convivem. Já as instituições de ensino que aderiram ao "Programa Mais Educação em 2013 e que não têm 'Educação em Direitos Humanos' e 'Promoção da Saúde' como macrocampos", podem desenvolver esses temas ao lado da "Cultura de Paz" e temáticas atreladas à "Ética e Cidadania", junto com o "macrocampo de Comunicação, Uso de Mídias e Cultura Digital e Tecnológica", precisando incentivar a "cultura da não violência" e da pedagogia afetiva e social através de ações que estimem o respeito, a paciência e a diferença "étnico-racial, a religiosidade, o culturalismo, questões de gênero, sexualidade, a historicidade cultural, afro-brasileira e do povo indígena. (BRASIL, 2009, p. 7).

3.3 O Programa e seus Princípios Pedagógicos

De acordo com o Manual de Dúvida de Educação Integral do Ministério de Educação e Cultura (2012), cada instituição escolar que aderiu ao programa precisa realizar necessariamente uma ação de acompanhamento pedagógico envolvendo as seguintes áreas:

> Letramento ou, Matemática, Ciências ou, História e Geografia, ou Línguas Estrangeiras, ou Tecnologias de Apoio à Alfabetização, mais 4 ou 5 atividades distribuídas nos campos de 9 conhecimento eletivos: Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável; Esporte e Lazer; Educação em Direitos Humanos; Cultura, Artes e Educação Patrimonial; Cultura Digital; Promoção da Saúde; Comunicação e Uso de Mídias; Investigação no Campo das Ciências da Natureza e Educação Econômica/Economia Criativa. (BRASIL, 2012, p. 8).

No que diz respeito às instituições do espaço rural escolherão pelo Acompanhamento Pedagógico e acrescentarão mais 4 ações do campo do saber, tais como: Agroecologia; Iniciação Científica; Educação em Direitos Humanos; Cultura, Artes e Educação Patrimonial; Esporte e Lazer e Memória e História das Comunidades Tradicionais. (BRASIL, 2012).

Conforme as Orientações Pedagógicas para Educação Integral do Distrito Federal, os Campos de Acompanhamento Pedagógico Prioritário estão embasadas nas matrizes curriculares representadas nas “Orientações Curriculares” as disciplinas “Língua Portuguesa e Matemática”. Esses dois campos do saber estão atrelados ao acordo da Educação Integral com a promoção de apontadores de aprendizado, bem com as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais e com as indicações educativas da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal (SEE/DF) a qual recomenda que a ampliação da aprendizagem precisa garantir o domínio de leitura, escrita e cálculo (BRASIL, 2012).

Os campos do saber de natureza obrigatória devem levar em conta o crescimento de possibilidades de promoção a saberes e experiências naqueles campos já contemplados nos guias curriculares, as diretrizes educativas da Secretaria de Estado, bem como a de do Distrito Federal para o ensino básico, que estão em comum acordo a Base Comum Nacional: “séries iniciais, séries finais e ensino médio”.

As áreas do saber de natureza voluntária obedecem a parte diferenciada do programa da Educação Básica e precisam se integrar ao projeto pedagógico da escola conforme com o levantamento das procuras, necessidades, preocupações e ecologia de conhecimentos concedidos no espaço escolar e em seu grupo social.

Todas essas áreas de conhecimento, seja ela de natureza de acompanhamento educativo, determinado ou voluntario causa um grande leque de ações apreciadas nas linhas de enriquecimento, que precisam ser sugeridas e escolhidas conforme os interesses dos estudantes e com as diferentes realidades do contexto escolar. Desse modo, além do projeto de ações cadastrada no Programa Mais Educação, os estabelecimentos de ensino precisarão atentar a área do saber de natureza prioritária. (BRASIL, 2012).

> No contexto da escola de tempo integral, a mandala da educação ilumina-se com um colorido especial para o contexto da sala de aula. A gestão desse espaço educativo corresponde à capacidade do professor para orquestrar a interação entre os alunos em situação de aprendizagem, organizando os espaços, os tempos e os agrupamentos pertinentes as suas propostas didáticas, constituindo-se ele mesmo em mediador entre os conteúdos escolares e aqueles trazidos pelos alunos. O professor atribui grande relevância ao ensino e à gestão da sala de aula, uma vez que a grande marca dessa escola é a valorização do papel social do aluno, qualquer que sejam suas características, pois tem como referência o princípio da contribuição (POULIN, 2010). Deste modo, a classe do ensino regular constitui-se em um agrupamento no qual cada aluno deve colaborar com o processo de construção do conhecimento dentro de suas possibilidades. (BRASIL, 2012, p. 22).

A valorização da função social do estudante só é imaginável ao passo em que ele é visto por seus grupos como um ser que traz apoio a ampliação de conhecimentos, quando este cria e recria seus saberes em coletividade. O aluno se percebe como uma pessoa que colabora para a ampliação dos conhecimentos e do saber-fazer em grupo e abstrai disso inúmeras vantagens. Contudo, essa cooperação ativa do estudante só é possível se o docente notar esse educando como pessoa capaz.

> Em uma escola que organiza as situações de aprendizagem considerando as diferenças dos alunos, o ensino e os apoios ao ensino integram-se para orquestrar a aprendizagem, garantindo a participação efetiva dos alunos em todas as práticas educativas. Elas se embasam na implementação de um ensino que leve em conta as especificidades de cada sujeito e que faz apelo a cooperação entre os alunos em situação de aprendizagem. O professor deve respeitar os diferentes ritmos de aprendizagem dos alunos, favorecendo a atividade conjunta entre alunos com e sem deficiência no momento da realização de projetos comuns. A colaboração estabelecida entre os professores é outro aspecto que deve ser ressaltado, também, na escola das diferenças. (BRASIL, 2012, p. 23).

O serviço cooperativo entre os educadores, que nesse aspecto da aprendizagem, pensam em colaboração, planejamento de suas ações pedagógicas colaboram para que eles sejam capazes de corresponderem às necessidades particulares de seus educandos desempenhando melhor as finalidades propostas. Os docentes podem utilizar de diferentes maneiras de cooperar, de aprender e de ensinar, até mesmo os alunos, como parceiros colaboradores.

O trabalho coletivo constitui-se em um componente rico de troca de experiências tanto entre os alunos como em contato com o adulto. Existem inúmeras maneiras de cooperação imagináveis de serem praticadas no ambiente, o qual todos em parcerias podem colaborar independendo das limitações de cada um.

> A educação é um campo em que não se caminha, senão pelo impulso do desejo, a força dos sonhos e a energia da esperança. Impelidos pela vontade de que as escolas brasileiras alcancem um nível de qualidade superior, criamos alternativas, propomos programas, projetos, envolvidos pelo encantamento da educação, porque só os que experimentam essa sensação conseguem pensar, fazer e reconhecer a beleza do ensinar e as delícias do aprender. (BRASIL, 2012, p. 23).

É nessa perspectiva que o Programa Mais Educação propõe desenvolver suas ações em seus ajustes de cores e maneiras infinitas. Conceber uma proposta de ensino de qualidade requer confiar e observar um posicionamento educativo que confirme a finalidade e o compromisso de transformar a educação.

De acordo com Fernandes e Ferreira (2013, p. 11),

> A proposta de se implantar uma política de Educação Integral partiu da análise dos baixos índices da educação básica. Surgiu, pois, da necessidade de melhorar a qualidade da educação, reduzindo o fracasso escolar e proporcionando às crianças e jovens novas possibilidades de se desenvolverem. É um novo desafio para a educação pública brasileira, levando em consideração que vivenciam-se tempos de mudanças. Além disso, há que se considerar a complexidade da vida social contemporânea e as muitas e diferentes crises – de diferentes características – que perpassam a educação em nível nacional.

Assim aborda-se no seguinte subitem o perfil do educador do Programa Mais Educação a fim de se obter uma compreensão mais ampla sobre as exigências do Programa em relação a esse profissional.

3.4 O Perfil dos profissionais do Programa Mais Educação

Conforme o Manual de Dúvida de Educação Integral (BRASIL, 2012) o serviço de monitoria precisa ser realizado de preferência por alunos universitários com instrução específica nos campos de desenvolvimento das ações ou sujeitos da sociedade com aptidões adequadas como, no caso do professor de judô, instrutor de capoeira, perito em contar histórias, cultivador de horta, entre outros. Além disso, poderão exercer o papel de monitor, considerando as habilidades, conhecimentos e competências, alunos da EJA e alunos do Ensino Médio.

O Programa sugere-se o não uso de educadores da escola, a qual contempla o Programa, para trabalharem como monitores, caso isso ocorra acarretará na compensação de gastos de condução e nutrimento com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O valor de indenização relacionado aos custos de condução e alimento para os monitores das Instituições do Campo consistirá no cálculo com base na quantidade de turmas monitorizadas. Desse modo, os requisitos exigidos ao monitor do Programa em ser uma pessoa que ainda esteja em processo de formação ou que tenha aptidões especifica para realizar as ações que lhe foram estabelecidas e não o professor da própria instituição é a fim de que não sejam acarretados mais custos, considerando que em período regular atua o docente e em contraturno o monitor, entretanto, o monitor é orientado pelo “professor comunitário”. Na verdade, o monitor atua de maneira voluntária. Quanto ao coordenador do Programa, esse profissional precisa ter formação em Pedagogia.

> A Educação Integral abre espaço para o trabalho dos profissionais da educação, dos educadores populares, dos estudantes em processo de formação docente e dos agentes culturais, que se constituem como

> referências em suas comunidades por suas práticas em diferentes campos (observando-se a Lei nº 9.608/1998, que dispõe sobre voluntariado). (BRASIL, 2009, p. 15).

Experimentos precursores do Programa, como a experiência de Belo Horizonte, estabeleceram a figura do docente comunitário. Esse profissional, em conjunto com grupos escolares, organiza a ação de comunicação com a comunidade, seus atores e seus conhecimentos ao passo que ajuda na integração entre os novos conhecimentos, novos ambientes, as ações públicas e o programa escolar determinado.

> A disponibilização desse professor comunitário para a escola é de responsabilidade das secretarias de educação, como contrapartida ao aporte de recursos efetuado pelo MEC nas unidades de ensino. A Secretaria Municipal ou Estadual de Educação designará esse professor, que deve ser efetivo do quadro, com 40 horas semanais, para coordenar a oferta e a execução das atividades do Programa Mais Educação. (BRASIL, 2013b, p. 15).

Para a efetivação da prática do Programa Mais Educação, será necessário que cada espaço escolar eleja um docente comunitário para delinear o projeto. Esta figura é o professor encarregado por interceder nas relações entre escola/comunidade. Embora o Programa conte com a participação de todos os educadores, mas somente um professor será o responsável pela realização das relações.

Tal profissional precisa ser ativo e pertencente a equipe escolar. Para ser esse professor, se apresentam alguns requisitos importantes:

> • Aquele(a) professor(a) solícito e com um forte vínculo com a comunidade escolar.
> • Aquela que escuta os companheiros e estudantes, que busca o consenso e acredita no trabalho coletivo.
> • Aquela que é sensível e aberto às múltiplas linguagens e aos saberes comunitários.
> • Aquela que apoia novas ideias, transforma dificuldades em oportunidades e dedica-se a cumprir o que foi proposto coletivamente.
> • Aquele que sabe escutar as crianças, os adolescentes e os jovens e que tem gosto pela convivência com a comunidade na qual atua.
> • Aquele que se emociona e compartilha as histórias das famílias e da comunidade. Um professor/uma professora assim tem um excelente perfil, tendo em vista que seu trabalho terá como foco:
> • organização deste tempo ampliado como tempo contínuum no currículo escolar;
> • acompanhamento dos monitores;
> • diálogo com a comunidade;
> • proposição de itinerários formativos que transcendam os muros das escolas, alcançando as praças, os teatros, os museus, os cinemas, entre outros;
> • construção de “pontes” entre a escola e a comunidade. (BRASIL, 2013b, p. 15).

O desígnio do educador comunitário é constituir em parceria com as diferentes forças influentes nos territórios, uma proposta de educação integral que apareça da analogia entre provocações e aptidões dos lugares. Para movimentar uma atividade comum é necessário um profissional com atributos muito peculiares conforme as determinações citadas acima.

3.5 O Perfil dos alunos do Programa

Levando em conta que a finalidade é assegurar o direito de aprendizagem dos participantes, contribuindo para a redução das diferenças educacionais por meio da Educação Integral sugere-se seguir alguns pontos para acepção dos alunos do Programa Mais Educação, por exemplo, se o espaço escolar não atender todos os seus alunos é desejável que se atenda:

> • estudantes que estão em situação de risco e vulnerabilidade social; • estudantes que congregam, lideram, incentivam e influenciam positivamente seus colegas; • estudantes em defasagem ano escolar/idade; • estudantes dos últimos anos dos anos iniciais (5º ano) e finais (9º ano) do ensino fundamental, entre os quais há maior saída extemporânea; • estudantes de anos nos quais são detectados índices de saída extemporânea e/ou repetência; • estudantes que demonstram interesse em estar na escola por mais tempo. (BRASIL, 2013b, p.13).

Nesse sentido, cada ambiente escolar, contextualizado com seu Projeto Político Pedagógico em comunicação com a sociedade será o exemplo para a organização de quantos e quais estudantes contemplarão das ações, sendo preferível que todos os alunos compartilhem e que o segmento escolar tenha autonomia nas indicações e definições. A proposta do Programa Mais Educação indica que pelo menos 100 alunos participem para o começo das ações, menos nos espaços escolares em que a quantidade de alunos inscritos no Censo Escolar do ano antecedente seja menor a este quantitativo.

O Mais Educação sugere uma quantidade mínima de participantes, entretanto não determina quantidade máxima, o que denota que a instituição escolar pode atender a todos seus alunos integrados no Programa, conforme seu espaço físico livre ou da ajuda do aparelho de ensino em que a escola está atrelada e sua competência de articulação com os sujeitos da sociedade e com os ambientes disponíveis no local.

3.6 A Relação do Programa Mais Educação com a Educação Integral

Com base na Série Educação/Educação Integral (BRASIL, 2009), a Educação Integral consiste em um modelo de ensino apresentado na lei que rege a educação do país e também na concepção inteligente de nossos professores. Ações diversas e diversificadas em períodos da história pública brasileira, induziram esse ideal para próximo da instituição escolar, inserindo projetos e paradigmas de grande valia, porém ainda rigorosos e pontuais.

O MEC, através das Secretarias de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e de Secretaria de Educação Básica (SEB), juntamente com o FNDE, recuperou essa quimérica para, por meio da aprendizagem com experimentos bem-sucedidos, conduzi-lo como ação aos estabelecimentos de ensino das conjunturas estaduais e municipais do país.

> As experiências recentes indicam o papel central que a escola deve ter no projeto de Educação Integral, mas também apontam a necessidade de articular outras políticas públicas que contribuam para a diversidade de vivências que tornam a Educação Integral uma experiência inovadora e sustentável ao longo do tempo. Com essas premissas, foi instituído o Programa Mais Educação no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). (BRASIL, 2009, p. 5).

A proposta do Programa Mais Educação comprometeu-se na constituição de sociedades de vários setores sociais e governamentais. De um lado, no “Fórum Mais Educação”, instituído no “Governo Federal”, distintas Secretarias têm surgido com suas propostas e atividades em volta de uma base simples: “lugar de crianças, adolescentes e jovens é na escola”. Contudo, projetos e atividades de governo direcionada para esse público precisam prever, essencialmente, uma conversa com os setores educacionais. Por outro lado, o acordo dos órgãos estaduais e municipais em aperfeiçoar a melhoria do ensino público motivou uma extensa união desses setores ao projeto em construção.

> O Programa Mais Educação já é uma realidade que, como tudo que se faz em educação, será progressivamente aprimorada com a participação de educadores, educandos, artistas, atletas, equipes de saúde e da área ambiental, cientistas, gestores das áreas sociais, enfim, com todos aqueles que, pessoal e profissionalmente, dedicam-se à tarefa de garantir os direitos de nossas crianças, adolescentes e jovens.
> A Educação Integral exige mais do que compromissos: impõe também e principalmente projeto pedagógico, formação de seus agentes, infraestrutura e meios para sua implantação. Ela será o resultado dessas condições de partida e daquilo que for criado e construído em cada escola, em cada rede de ensino com a participação dos educadores, educandos e das comunidades que podem e devem contribuir para ampliar os tempos e os

> espaços de formação de nossas crianças, adolescentes e jovens na perspectiva de que o acesso à educação pública seja complementado pelos processos de permanência e aprendizagem. (BRASIL, 2009, p. 5-6).

Conforme a Série Mais Educação (BRASIL, 2009), a partir de 2004, com a constituição da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), o MEC apressou a luta das grandes iniquidades que continuam no ensino público do país. Tendo como princípio a expectativa de universalizar a oferta, a permanência e o aprendizado na instituição de ensino público, a constituição participativa de um projeto de Educação Integral – através da atividade atrelada entre os órgãos federais e/ou ainda da conjuntura da comunidade civil e dos agentes das ações pedagógicas para esse enfrentamento, sobretudo para a superação das desigualdades e da afirmação do direito às diferenças.

Com isso, foi sugerido uma representação de Educação Integral que ative as atividades de territorialização das ações sociais, atreladas a partir dos ambientes educacionais, através da comunicação intragovernamental e com as entidades locais, para a constituição de uma ação educativa que assegure a instrução escolar como direito de toda a população e de cada sujeito.

> Desde o final de 2007, e ao longo do primeiro semestre de 2008, um grupo de trabalho formado por gestores municipais e estaduais, representantes da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), da Associação Nacional pela Formação de Profissionais da Educação (ANFOPE), de Organizações não-governamentais comprometidas com a educação pública e de professores universitários passou a reunir-se, periodicamente, convocado pelo MEC, sob a coordenação da SECAD, por intermédio da Diretoria de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania. O resultado desse trabalho é o texto referência sobre Educação Integral, ora apresentado, que tem como objetivo contribuir para o debate nacional, com vistas à formulação de uma política de Educação Integral, sustentada na intersetorialidade da gestão pública, na possibilidade de articulação com a sociedade civil e no diálogo entre saberes clássicos e contemporâneos.

Assim, essa proposta de Educação Integral atende a reafirmação da proposição conforme a qual a discussão não se baseia apenas pelo acesso à educação mas pela permanência, com um resultado positivo de aprendizagem, de cada aluno. E nesse ambiente formal de educação, uma vez que o direito ao ensino de qualidade é um fator essencial para o desenvolvimento e para a garantia de todos, e posição segura para a democratização e o ensino público universal consolidando esse direito. Levando em conta o conflito e a emergência das demandas sociais que comunicam com as atividades escolares, a provocação que está posta, no ponto de

vista da prudência absoluta e da Educação Integral, é o da articulação das ações pedagógicas com outras ações sociais, outros trabalhadores e dispositivos públicos, na expectativa de assegurar o sucesso da aprendizagem escolar.

De acordo com a LDB nº 9.394/96, a Educação Integral é o acréscimo progressivo do tempo escolar no comando do regime de período integral, respeitando as iniciativas de ensino extraescolares e o atrelamento entre o serviço escolar e a vida social.

Para Machado et al. (2014, p. 8),

> O Programa Mais Educação é proposto na perspectiva de reavivar as discussões históricas em relação à Educação Integral, mapear as iniciativas já existentes no território nacional e colocar a Educação Integral na agenda de discussões, trabalhando a partir deste novo contexto bem mais complexo e diverso que se vive na atualidade.

Desse modo, a proposta de ensino integral não se trata apenas de aumentar o período de permanência na instituição escolar de maneira assistencialista, mas de proporcionar situações de estruturar um programa de ensino que corresponda as demandas e as extensões formadoras dos alunos através da interdisciplinaridade. A criação da Educação Integral bem como o Programa Mais Educação requer um currículo conexo e pautado no Projeto Político Pedagógico da escola, formação de docentes e base necessária à estrutura dos períodos e ambientes apropriados à Educação Integral. “Para compreender a operacionalização da Educação Integral é indispensável discutir os conceitos de transitoriedade e ação indutora presentes no Programa Mais Educação”. (MACHADO et al., 2014, p. 35).

Vale ressaltar que o Programa não tem acentuada uma compreensão teórica acerca da educação integral. O elemento de base evidencia-se que o mesmo configura-se como um ensejo promovido pelo MEC para “explicitar a diversidade sobre a concepção, a atualidade e as possibilidades da Educação Integral” (BRASIL, 2009, p. 16).

Na conjuntura do país, têm sido criadas concepções e ações de ensino integral alicerçadas no acréscimo do tempo escolar, a partir do século XX, tendo em vista o imperativo de reorganizar a escola para corresponder aos anseios de seu período histórico.

Levando em conta a discussão sobre a relação da Educação Integral com o Programa Mais educação apresenta-se a seguir o Programa Mais Educação no município de Chapadinha-MA.

4 O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CHAPADINHA-MA

De acordo com informações fornecidas pela coordenadora sobre o Programa Mais Educação no Município de Chapadinha, sua implantação ocorreu entre os meses de abril e agosto de 2013, viabilizado pelo Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) interativo. Porém, as atividades pedagógicas foram iniciadas no início do ano de 2014, mais precisamente no mês de março, se prolongando até o dia 15 de julho e reiniciando em agosto do mesmo ano até dezembro. No ano de 2015, as atividades recomeçaram em março, mas não prosseguiram por falta de recursos financeiros.

4.1 Lócus da Pesquisa

A pesquisa constituiu-se de revisão bibliográfica e estudo de campo na qual buscou conhecer o Programa Mais Educação, sua implementação e possíveis contribuições no município de Chapadinha – MA. O município está situado a 240 km da capital do estado, interligando-se a São Luís por estrada asfaltada. Localiza-se, entre 03° 44’ 31” S e 43° 21’ 36” O, e é regionalizada segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016) como pertencente à mesorregião do Leste Maranhense, na microrregião de Chapadinha.

Figura 1 - Mapa de localização do município de Chapadinha



Fonte: (https://pt.wikipedia.org/wiki/Chapadinha)

O município possui um espaço total de 3.247 km², representando 0,09% da área do estado e sua extensão está na zona de passagem da floresta pré amazônica e cerrado típico do Nordeste (cerrado e caatinga). São 73.350 (setenta e três mil, trezentos e cinquenta) habitantes residentes estimados pelo IBGE (2010). O ambiente é do tipo tropical quente e semiárido, com tempos médios de 35ºC, e dependendo do período do ano, a percepção térmica atinge a 40 ºC. O apontador pluviométrico mediano da Região de Chapadinha é de aproximadamente 1.800mm por ano e a chuva cai de janeiro a junho.

Os elementos de análise foram adquiridos junto a Secretaria Municipal de Educação, sendo pesquisados a coordenadora no município, 18 gestores, 16 monitores e, também, 30 alunos (de 10 a 17 anos) pertencentes as escolas participantes do Programa.

Para a coleta de dados o procedimento utilizado foi a aplicação de questionários com perguntas abertas para a Coordenadora do Programa no município, Gestores e Monitores e com perguntas abertas e fechadas para os alunos, registrando-se o ponto de vista dos sujeitos envolvidos, sobre a implementação e possíveis contribuições do Programa Mais Educação no município de Chapadinha – MA.

4.2 Análise e discussão dos resultados

Para a efetivação da análise e discussão dos dados, o primeiro passo foi a leitura dos questionários e a marcação dos aspectos importantes dos registros, considerando as questões elaboradas e os objetivos desse estudo. Em seguida, foi realizada análise das respostas, momento que permitiu aproximar as questões teóricas com as informações coletadas para consubstanciar as conclusões que foram possíveis alcançar.

4.2.1 Análise do questionário aplicado à Coordenadora

Em relação à formação profissional da Coordenadora do Programa em Chapadinha, esta possui licenciatura em Pedagogia e está na gestão desde sua implantação no município.

Quando questionada sobre a necessidade de implantação do Programa Mais Educação no município de Chapadinha, ela respondeu:

> "*A implantação do Programa Mais Educação tem por finalidade manter os alunos em tempo integral na escola, com o intuito de melhorar o aprendizado e motivá-los a não ficarem muito tempo fora da escola".*

Constata-se que a Coordenadora tem um amplo entendimento quanto a necessidade de implantação do programa, considerando que segundo os documentos elaborados pelo MEC (BRASIL, 2009), o PME visa ampliar o horário escolar especialmente nas redes públicas.

Rosa (2012, p. 3) reforça esse entendimento ao enfatizar que:

> O Programa Mais Educação é um dos programas criados como política de ação contra pobreza, exclusão social e marginalização cultural. Prevê ações sócio-educativas no contraturno escolar para alunos do Ensino Fundamental (EF), defendendo a ideia de que a ampliação do tempo e espaços educativos seja solução para a problemática da qualidade de ensino.

Portanto, conforme a Lei nº. 7.083/2010, o campo de ação do Programa, baseado primeiramente para acolher, em atitude prioritária, as instituições escolares centradas em capitais e comarcas metropolitanas que exibem baixo IDEB e onde os alunos apresentam-se em condição de delicadeza social (BRASIL, 2010b), a implantação do Programa em Chapadinha veio atender as demandas sociais acerca da educação integral.

Quando questionada sobre como foram selecionados os alunos e monitores do PME, ela respondeu:

> "*Os alunos que foram selecionados são aqueles que tinham mais dificuldade de aprendizagem e alguns que realmente queriam participar. Vale lembrar, que os alunos não eram obrigados a participarem do Programa. Caso isso acontecesse, não havia ameaça de cortar o bolsa família ou outro benefício, porque é o que eles temem. Já os monitores foram selecionados através de currículos".*

Considerando o relato da coordenadora a seleção dos alunos não condiz, fielmente, com os princípios do PME uma vez que deve englobar a participação de todos os alunos, até mesmo os que não possuem dificuldade de aprendizagem. O PME enfatiza que,

> Cada escola, contextualizada com seu projeto político pedagógico específico e em diálogo com sua comunidade, será a referência para se definir quantos e quais alunos participarão das atividades, sendo desejável que o conjunto da escola participe nas escolhas. (BRASIL, 2009, p. 13).

Nesse sentido, a coordenadora deveria organizar reuniões que envolvessem alunos e pais. Os alunos deveriam receber mais orientações e estímulos para participarem do Programa e os pais deveriam ser informados do funcionamento do PME e os principais benefícios que poderiam contemplar seus filhos.

O PME destaca em relação a seleção dos monitores, que podem participar universitários que possuem formação específica com os macrocampos e estudantes que cursam o ensino médio e a educação de jovens e adultos.

Quando questionada se os monitores estavam preparados para atuarem no Programa Mais Educação em Chapadinha, respondeu:

> "*Sim, porque através de seus currículos foi analisado cada área e selecionado para as áreas que eles tinham capacitação".*

Constata-se na fala da coordenadora que os monitores estavam preparados para atuarem no Programa. Com relação ao perfil dos monitores, os documentos oficiais publicados pelo PME afirmam:

> [...] estão a cargo de monitores, preferencialmente estudantes universitários em formação na área específica ou pessoas da comunidade com habilidades apropriadas. Os monitores são voluntários, recebendo apenas um ressarcimento de despesas de transporte e alimentação, calculado em função do número de turmas sob sua responsabilidade, as quais deveriam ser formadas por 30 estudantes cada, conforme as normas do MEC. (BRASIL, 2013b, 3).

No que diz respeito às dificuldades enfrentadas no Programa em Chapadinha, a Coordenadora respondeu:

> "*Questões maiores era os espaços, realmente não era adequado para expor as atividades e as horas que são poucas".*

Para analisar tal declaração, fez-se necessário conhecer detalhadamente o PME, no qual é destacado que o espaço não deve ser utilizado como empecilho para o desenvolvimento das atividades. Nesse sentido, a comunidade, as famílias e os vizinhos devem ser envolvidos com o intuito de mapearem espaços para serem utilizados, para tanto, podem elaborarem uma tabela de demonstração, com a definição dos locais, os espaços que podem serem utilizados, os horários disponíveis e as atividades para serem desenvolvidas.

O Decreto nº 7.083 de 2010, em seu Art. 1º destaca no § 3º:

> As atividades poderão ser desenvolvidas dentro do espaço escolar, de acordo com a disponibilidade da escola, ou fora dele sob orientação pedagógica da escola, mediante o uso dos equipamentos públicos e do estabelecimento de parcerias com órgãos ou instituições locais. (BRASIL, 2010b, p. 1).

Quando a Coordenadora foi questionada se as metas foram alcançadas com a implantação do Programa, ela afirmou:

> "*Em nível de aprendizagens aumentou. Porque os alunos que não participavam muito nas aulas, tiveram bons resultados depois que veio o Programa Mais Educação".*

A partir desse relato, acredita-se que existe um resultado satisfatório com a implementação do Programa Mais Educação no município. Nessa perspectiva a educação integral contempla componentes curriculares que se harmonizam com os conteúdos ensinados em sala de aula. "A organização curricular contempla não só os conteúdos que são desenvolvidos com os alunos, mas todas as intenções educativas da instituição [...] conhecimentos de situações formais e informais [...]" (BRASIL, 2009, p. 21). A implantação do PME objetiva auxiliar o aluno no seu processo de aprendizagem, onde a produção do conhecimento deve ser, constantemente, estimulada.

4.2.2 Análise do questionário aplicado aos Gestores

Antes de analisar o que declararam os gestores sobre o Programa Mais Educação faz-se necessário compreender quem são eles. Assim, todos os gestores envolvidos na pesquisa trabalham nas respectivas instituições escolares há, pelo menos, 2 anos e todos são licenciados em Pedagogia.

Convém ressaltar que a totalidade das escolas nas quais funciona o Programa são pertencentes a rede pública municipal de Chapadinha-MA, entretanto, nesta pesquisa somente as escolas localizadas na zona urbana foram envolvidas. Vale destacar, também, que, embora o Programa contemple 24 escolas da zona urbana apenas 8 gestores se dispuseram a colaborar com a investigação, sem justificar o porquê, simplesmente não responderam aos questionários.

Compreendendo a necessidade de resguardar a identidade e o anonimato dos pesquisados, os Gestores participantes serão nomeados pelo termo Gestor precedido pelas letras do alfabeto maiúsculo: A, B, C, D E, F, G e H.

Desse modo, ao questionar os gestores sobre a importância do Programa Mais Educação em Chapadinha, obtive-se as seguintes respostas:

> *"[...] Manter as crianças em tempo integral na escola, promovendo a qualidade do processo de ensino aprendizagem, com o objetivo de uma educação diferenciada" (Gestor A).*

> *"Melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem no município" (Gestor B).*
>
> *"Promover a qualidade social da escola em tempo integral, visando à promoção de uma educação diferenciada" (Gestor C).*
>
> *"Tem importância, no sentindo de oferecer oportunidade para criança e adolescentes participarem de oficinas, nas quais possam desenvolver melhor desempenho na escola, ajudando na construção do seu conhecimento de oficina de estudos e leitura" (Gestor D).*
>
> *"Melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem no município, mantendo o aluno mais tempo na escola" (Gestor E).*
>
> *"Melhorar o índice de alfabetização na perspectiva de que o processo promova a diminuição de analfabeto e que por meio da jornada escolar ocorra a diminuição das desigualdades sociais" (Gestor F).*
>
> *"Tem a importância de conduzir a promoção de uma educação diferenciada, cativante e que compreendam os alunos em todas as dimensões" (Gestor G).*
>
> *"Promover uma educação diferenciada que compreender as dificuldades dos alunos em todos os aspectos" (Gestor H).*

Verifica-se nas informações obtidas que todos os gestores afirmam que o Programa influencia na melhoria da qualidade do ensino, pois possibilita aos alunos passarem mais tempo na escola e, consequentemente, amplia a possibilidade de aprendizagem. Essa ideia se reforça com as afirmações que consta nos documentos sobre o PME (BRASIL, 2013b, p. 15).

> Nessa nova dinâmica, reafirma-se a importância e o lugar dos professores e gestores das escolas públicas e o papel da escola, sobretudo porque se quer superar a frágil relação que hoje se estabelece entre a escola e a comunidade, expressa inclusive na dicotomia entre turno x contraturno, currículo x ação complementar. (BRASIL, 2013b, p. 15).

Desse modo, a proposta de educação integral na perspectiva do Programa Mais Educação ao ampliar a jornada escolar e propor a (re)organização curricular influencia diretamente na aprendizagem dos alunos e da oportunidade de no contraturno participarem de atividades que tenham qualidade.

De acordo com a Constituição Federal de 1988 a finalidade da Educação Integral consiste no entendimento do direito de instruir-se, como direito essencial à vida, ao livre-arbítrio, à saúde, ao convívio social, ao respeito, ajustando melhores situações de ampliação educativa de crianças e adolescentes (BRASIL, 1988).

Os gestores ao serem questionadas sobre como o Programa contribui para o processo de aprendizagem dos alunos, responderam:

> *"Sim, pois tem oficinas, recursos e meios de ampliação para se adquirir novos saberes" (Gestor A).*
>
> *"Contribui para o desenvolvimento individual e coletivo do aluno, fazendo com que o aluno desenvolva sua habilidade e competências" (Gestor B).*

> *"Com certeza, pois oferecem meios e recursos essenciais para ampliar a aprendizagem dos educandos através de oficinas que despertam novos saberes" (Gestor C).*
>
> *"Os alunos têm a oportunidade de aprender os conceitos de uma maneira diferente. A maioria das matérias utilizados nas aulas é produzida pelos próprios alunos. Isso ajuda na criação dos seus próprios conceitos e na construção do conhecimento" (Gestor D).*
>
> *"Contribui para o desenvolvimento individual e coletivo do aluno, desenvolvimento das habilidades intelectuais e motoras" (Gestor E).*
>
> *"Contribui para ampliar tempo e espaço do educando e sua permanência na escola" (Gestor F).*
>
> *"Sim, porque ele fomenta a ampliação do tempo e espaço educativo, contribui para a formação e protagonismo de crianças e adolescente" (Gestor G).*
>
> *"Acompanhamento da família, da comunidade e atividade diferenciada" (Gestor H).*

Constatou-se unanimidade nas respostas dos gestores quando afirmaram que o Programa Mais Educação contribui para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem. Essa percepção é essencial para compreender se houve êxito nas atividades que são desenvolvidas e quais aspectos devem ser melhorados. Porque perceber a individualidade de cada aluno, garante ao monitor, o poder de escolha, de adaptar determinado macrocampo, no contexto em que as crianças estão inseridas.

> As atividades para as crianças e jovens participantes da Educação Integral devem estar relacionadas as atividades que já são desenvolvidas na escola, que é uma só [...] traduz as intenções e relações estabelecidas entre todas as atividades desenvolvidas no ambiente educativo. (BRASIL, 2009, p. 21).

Essas atividades quando planejadas são capazes de transformar a realidade dos alunos. Os gestores foram questionados sobre os aspectos positivos do Programa, e responderam:

> *"Tem pontos positivos em todos os sentidos" (Gestor A).*
>
> *"O Programa é bom porque é um complemento importante para os alunos, pois reforça várias temáticas trabalhadas" (Gestor B).*
>
> *"Contribuir no processo de aquisição da leitura, escrita, esporte, lazer, meio ambiente, cultura artísticas sem contar com o acompanhamento da família" (Gestor C).*
>
> *"O Programa oferece oportunidade para a criança construir conhecimentos a partir de oficinas e brincadeiras" (Gestor D).*
>
> *"Porque ele dá oportunidade aos alunos de obterem mais conhecimento com as atividades desenvolvidas" (Gestor E).*
>
> *"A principal diferenciação do Programa são suas diferentes vertentes, e é isso que chama a atenção dos alunos, motivando-os a participarem" (Gestor F).*

> *“Por ele ser integral, ter acompanhamento dos pais e comunidade também ter atividades extra” (Gestor G).*
>
> *“Porque ele ajuda os alunos” (Gestor H).*

Verifica-se que os gestores concordam que o Programa Mais Educação contribui de maneira positiva para a melhoria da qualidade do ensino, bem como, para o desenvolvimento da educação integral e permite o acompanhamento familiar. Desse modo, confirma-se o papel fundamental da família na vida escolar dos alunos, visto que, a partir de tal acompanhamento a criança tem mais possibilidades de desenvolvimento. Destaca-se ainda que,

> A Educação Integral exige mais do que compromissos: impõe também e principalmente projeto pedagógico, formação de seus agentes, infraestrutura e meios para sua implantação. Ela será o resultado dessas condições de partida e daquilo que for criado e construído em cada escola, em cada rede de ensino, com a participação dos educadores, educandos e das comunidades que podem e devem contribuir para ampliar os tempos e os espaços de formação de nossas crianças, adolescentes e jovens na perspectiva de que o acesso à educação pública seja complementado pelos processos de permanência e aprendizagem. (BRASIL, 2009, p. 6)

Todos esses fatores são importantes quando se consolidam no processo do PME e torna-se uma educação de qualidade. Quando indagados se os alunos se identificam com o Programa Mais Educação, afirmaram:

> *“Sim, é dinâmico, porém alguns acabam desistindo” (Gestor A).*
>
> *“Eles são muitos entusiasmados” (Gestor B).*
>
> *“Eles falam que gostam muito” (Gestor C).*
>
> *“A grande maioria sim, mas sempre existe uns que abandonam o Programa antes do término” (Gestor D).*
>
> *“Alguns sim, outros não” (Gestor E).*
>
> *“Eles adoram as atividades e dá para perceber como eles se envolvem” (Gestor F).*
>
> *“É incrível a participação dos alunos” (Gestor G).*
>
> *“Os monitores dizem que eles não reclamam” (Gestor H).*

Na fala dos Gestores A e D nem todos os alunos se identificam com as atividades propostas pelo Programa, levando em conta, que muitos abandonam antes mesmo de concluírem todas as ações mas ocorre uma convergência na fala do Gestor A, onde considera-se que esse dinamismo utilizado deve ser repensado. Já o Gestor H demonstra não conversar com os alunos porque ele obtém informações pelos monitores, sendo que o gestor possui um papel importante, porque o PME está sendo

desenvolvido em sua gestão escolar. Os demais gestores expressam em suas falas o entusiasmo e a participação dos alunos. A importância desse acompanhamento e diálogo se confirma na seguinte ideia:

> As diferentes formas que as crianças, os adolescentes e os jovens utilizam para se expressar são as suas linguagens, por meio das quais demonstram o que sentem e pensam sobre o mundo que os cerca. Tais linguagens não podem ser ignoradas e devem estar presentes na organização do espaço escolar [...]. (BRASIL, 2009, p. 20).

Quando questionados de que forma vem sendo desenvolvido o Programa, responderam:

> *"Através de jogos, acompanhamento pedagógico, incentivo ao hábito da leitura e da escrita" (Gestor A).*
>
> *"Músicas e brincadeiras despertando a cultura e incentivando o hábito da leitura e escrita" (Gestor B).*
>
> *"Através de brincadeiras" (Gestor C).*
>
> *"Incentivo que relacionem as temáticas que vão trabalhar com os conteúdos que eles vêm em aula" (Gestor D).*
>
> *"Jogos, músicas, brincadeiras e diálogo" (Gestor E).*
>
> *"Através de aula dialogada, exposição de vídeo, dramatização, música e teatro etc." (Gestor F).*
>
> *"Troca de ideias, filmes, teatro, jogos e outros" (Gestor G).*
>
> *"Todos os dias as atividades são diferentes" (Gestor H).*

Embora nas respostas dos gestores as atividades desenvolvidas são interessantes, é necessário lembrar que o Programa disponibiliza outras atividades como cinema, horta escolar, feira de ciências, direitos humanos, informática e outros. Tais atividades estimularia a curiosidade dos alunos e sua participação.

> [...] integrar diferentes saberes, espaços educativos, pessoas da comunidade, conhecimentos... é tentar construir uma educação que, pressupõe uma relação da aprendizagem para a vida, uma aprendizagem significativa e cidadã. (BRASIL, 2009, p. 5).

Todo o processo de aprendizagem é complexo e envolvem muitos fatores que são importantes. O lúdico também auxilia na aprendizagem, pois estimula o interesse do aluno, desenvolve os aspectos pessoal e social com as novas descobertas, constrói a personalidade, tornando-se fundamental na prática docente.

4.2.3 Análise do questionário aplicado aos Monitores

Convém conhecer a atuação dos Monitores no trabalho junto aos alunos do Programa Mais Educação. Vale destacar que os Monitores participantes deste estudo serão nomeados pelo termo Monitor precedido pelas letras do alfabeto maiúsculo: A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, M, N, O e P.

Desse modo, aqui serão apresentadas as análises feitas junto aos monitores. Vale ressaltar que, na sede do município, segundo a coordenadora do Programa existem 305 monitores, porém, foram distribuídos somente 40 questionários. Destaca-se, ainda, que dos 40 questionários distribuídos apenas 16 responderam, ou seja, os Monitores A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, M, N, O e P. Os demais justificaram não ter tido tempo para responder.

Assim, ao serem questionadas sobre “o que é o Programa Mais educação”, foram obtidas as seguintes respostas:

> *“É um programa que tem como objetivo alfabetizar na idade certa” (Monitor A).*
>
> *“Programa pra ajudar na alfabetização no Brasil” (Monitor B).*
>
> *“É um programa que tem por finalidade alfabetizar na idade certa, sendo então para crianças” (Monitor C).*
>
> *“É um programa para crianças e jovens” (Monitor D).*
>
> *“É um projeto que foi lançado para melhorar a educação brasileira e contribuir na educação integral” (Monitor E).*
>
> *“É uma continuação da sala de aula” (Monitor F).*
>
> *“Ele auxilia o aluno na sua aprendizagem” (Monitor G).*
>
> *“Funciona como contraturno da escola” (Monitor H).*
>
> *“Ele faz parte da educação integral” (Monitor I).*
>
> *“Ajuda o aluno a aprender” (Monitor J).*
>
> *“Reforça os alunos” (Monitor K).*
>
> *“Visa contribuir na aprendizagem dos alunos” (Monitor L).*
>
> *“Ele é um diferente da escola” (Monitor M).*
>
> *“É um programa que ajuda o aluno” (Monitor N).*
>
> *“Funciona na intenção de oferecer aos alunos atividades que construam sua aprendizagem” (Monitor O).*

> *“Um Programa que proporciona ao aluno uma diferenciação no ensino, onde no seu contraturno, continua a aprender com outras atividades” (Monitor P).*

Como pode-se observar, os monitores A, B, C, D, F, K, M e N não possuem uma compreensão clara quanto a concepção do Programa Mais Educação, ressaltando que é um programa de alfabetização. Tal questão é preocupante, pois os monitores não compreendem o sentido real do Programa em que atuam. Porém os monitores E, G, H, J, L, O, e P expressam opiniões deferentes mas corretas, pois o Programa constitui parte da educação integral funcionando no contraturno, contribuindo na aprendizagem dos alunos com atividades diversificadas.

> O Programa Mais Educação se caracteriza por apresentar uma estratégia educacional inovadora que, entre outros aspectos, articula projetos e programas do Governo Federal e de outras instituições educacionais e sociais, voltados para promoção do aumento da permanência dos alunos nas escolas. (BRASIL, 2014, n/p).

Sobre quais os pontos positivos do Programa Mais Educação, afirmaram:

> *“Tempo integral na escola com os professores e mais brincadeiras” (Monitor A).*
>
> *“Oportunidades de ensino principalmente para as crianças carentes, além da educação integral da escola” (Monitor B).*
>
> *“As aulas extraturnos contribuem de forma positiva para as crianças” (Monitor C).*
>
> *“Um reforço para os alunos principalmente para aqueles pais que não podem ajudar seus filhos nas atividades da escola” (Monitor D).*
>
> *“Reforço escolar, estímulo as aulas no processo de aprendizagem” (Monitor E).*
>
> *“Ofertar um reforço escolar para as crianças que não tem condições de ter um professor particular” (Monitor F).*
>
> *“Os aspectos que são positivos do Programa é que ajuda o professor com aqueles alunos que tem mais dificuldade” (Monitor G).*
>
> *“É um ensino diferenciado” (Monitor H).*
>
> *“É a melhor coisa que o aluno pode fazer” (Monitor I).*
>
> *“É incentivador para os alunos” (Monitor J).*
>
> *“Que os alunos têm uma oportunidade única” (Monitor K).*
>
> *“É um Programa inovador” (Monitor L).*
>
> *“Que o aluno irá aprender mais” (Monitor M).*
>
> *“As atividades favorecem a aprendizagem dos alunos” (Monitor N).*

> *“Que é uma oportunidade única para os alunos que querem acrescentar em seu conhecimento” (Monitor O).*
>
> *“Esse Programa é interessante porque ele inova com oportunidades diferenciadas conteúdos curriculares” (Monitor P).*

Constata-se que a os monitores A, B, C, H, J L, M, N, O e P destacaram pontos relevantes do Programa Mais Educação, porém os monitores D, E, F, G, I e K relacionam ao reforço escolar, notadamente, expressam ter pouco ou nenhum entendimento acerca do Programa, o que compromete, também, sua finalidade e, consequentemente, a aprendizagem de alunos. Deve-se considerar que o PME tem a finalidade de ampliar o tempo das crianças e jovens na escola, desenvolvendo atividades que estejam conectadas com as propostas estabelecidas no Projeto Político Pedagógico (BRASIL, 2009).

Sobre quais são os pontos negativos do Programa Mais Educação, responderam:

> “Os pais deveriam incentivar mais os filhos” *(Monitor A).*
>
> *“Pouca participação dos alunos” (Monitor B).*
>
> *“Mais espaço” (Monitor C).*
>
> “*Falta de manutenção dos espaços nas escolas, falta de vontade dos alunos” (Monitor D).*
>
> *“Monitores não capacitados” (Monitor E).*
>
> *“Deveria ocorrer mais formação com os monitores” (Monitor F).*
>
> *“Um local definitivo para as atividades” (Monitor G).*
>
> *“Falta de preparação dos monitores, mais força de vontade dos alunos, mais espaço no ambiente escolar” (Monitor H).*
>
> *“A falta de espaço, falta de aproveitamento por parte de alguns monitores” (Monitor I).*
>
> *“Falta de mais planejamento” (Monitor J).*
>
> *“Dificuldade com alguns alunos” (Monitor K).*
>
> *“Ocorre algumas dificuldades, mas dá para ir trabalhando” (Monitor L).*
>
> *“Falta de monitores preparados, falta de espaço, salário pequeno” (Monitor M).*
>
> *“A falta de um espaço adequado para serem realizadas as atividades oferecidas pelo Programa é o ponto principal e o pouco investimento” (Monitor N).*
>
> *“A falta de qualificação dos monitores” (Monitor O).*

> *"O Programa não possui pontos negativos, porque a idealização dele é maravilhosa. O problema está em algumas dificuldades do dia-a-dia" (Monitor P).*

Todos os monitores ressaltam aspectos importantes como: formação para os monitores e falta de espaço adequado para desenvolver as atividades propostas, o que reflete na efetivação do Programa, comprometendo assim o aproveitamento dos alunos, e criando obstáculo para ampliar o diálogo com a comunidade, o que, consequentemente, envolveria mais os pais na vida escolar. "[...] nesta proposta em construção, não replica o mesmo da prática escolar, mas amplia tempos, espaços e conteúdos, buscando constituir uma educação cidadã, com outras áreas sociais e organizações da sociedade civil" (BRASIL, 2009, p. 27).

Posteriormente foram questionados sobre quais as sugestões que dariam para melhorar o Programa, responderam:

> *"Delimitar a quantidade de alunos" (Monitor A).*
>
> *"Preparação de monitores, força de vontade dos alunos e mais espaço nas escolas" (Monitor B).*
>
> *"Mais espaço, monitores preparados, melhor salário" (Monitor C).*
>
> *"Adequação do espaço das escolas e preparação de monitores" (Monitor D).*
>
> *"Um local fixo para o PME" (Monitor E).*
>
> *"Que alguns monitores assumissem seu papel com mais compromisso" (Monitor F).*
>
> *"Deveria ocorre mais capacitação" (Monitor G).*
>
> *"Mais preparação para os monitores mais espaços" (Monitor H).*
>
> *"Que houvesse mais diálogo entre gestor, pais e alunos" (Monitor I).*
>
> *"Os alunos participassem mais" (Monitor J).*
>
> *"Mais participação dos pais" (Monitor K).*
>
> *"Que tenha mais instrumentos na capacitação de monitores e que tenha um lugar adequado para a realização do Programa para contribuir na sua melhoria" (Monitor L).*
>
> *"Melhorar as escolas, elas deixam muito a desejar na questão estrutura física" (Monitor M).*
>
> *"Mais espaço, maior salário, mais preparação para os monitores" (Monitor N).*
>
> *"Mais organização, e mais pessoas qualificadas ou até curso de preparação" (Monitor O).*

> *“Que todas as escolas implementassem o PME porque todos ganhariam” (Monitor P).*

Evidencia-se que são várias as sugestões apontadas pelos monitores, bem como, a ampliação e construção de espaços próprios para a realização das atividades do Programa, a capitação dos profissionais. O que percebe-se é a ausência de planejamento e organização e que os gestores das escolas deveriam atuar de forma mais afetiva para resolver os conflitos e buscar soluções. “Isso tudo implica assumir uma disposição para o diálogo e para a construção de um projeto político e pedagógico que contemple princípios, ações compartilhadas e intersetoriais na direção de uma Educação Integral”. (BRASIL, 2009, p. 30).

Quando questionados se obtiveram o resultado esperado no Programa, disseram*:*

> *“Sim” (Monitor A).*
>
> *“Com certeza” (Monitor B).*
>
> *“Não” (Monitor C).*
>
> *“Acredito que sim” (Monitor D).*
>
> *“Sim” (Monitor E).*
>
> *“Não. Porque esperava melhores resultados” (Monitor F).*
>
> *“Sim, não obtivemos, 100%, mas notamos a melhoria de cada aluno fez parte do Programa” (Monitor G).*
>
> *“Sim” (Monitor H).*
>
> *“Sim, apesar da falta de salas adequadas como espaços, obtivemos resultados significante” (Monitor I).*
>
> *“Não. Infelizmente grandes partes das crianças não tinham nenhum interesse em estudar e se desenvolver, e os mesmos acabavam atrapalhando os que queriam” (Monitor J).*
>
> *“Não” (Monitor K).*
>
> *“Sim, conhecimento e experiência” (Monitor L).*
>
> *“Não” (Monitor M).*
>
> *“Não” (Monitor N).*
>
> *“Mais ou menos, poderia ter sido melhor” (Monitor O).*
>
> *“Acredito que os alunos poderiam ter aproveitado mais, porém com alguns imprevistos ia desmotivando-os, o que prejudicou um pouco. Contudo os que participavam sempre expressavam satisfação” (Monitor P).*

Diante das afirmativas, os monitores A, B, D, E, G, H, I, L disseram que obtiveram os resultados esperados, o que revela que eles não assumem as falhas que ocorrem diante das perguntas anteriores, deixando evidente que preferem camuflar a realidade, o que comprova a falta de planejamento, pensando desde o espaço a ser realizado a atividade como também os meios para atingir os objetivos propostos. “[...] Entende-se que a extensão do tempo – quantidade – deve ser acompanhada por uma intensidade do tempo – qualidade – nas atividades que constituem a jornada ampliada na instituição escolar”. (BRASIL, 2009, p. 30). Por outro lado, os monitores C, F, J, K, M, N, O e P expõem que não obtiveram os resultados esperados, o que demonstra a reflexão destes diante das dificuldades elencadas.

4.2.4 Análise do questionário aplicado aos Alunos

No que diz respeito aos alunos, na sua totalidade são filhos de pais trabalhadores nas mais diversas profissões. Aplicou-se a 30 alunos (de 10 a 17 anos) um questionário com 06 questões abertas. Vale ressaltar que não teve escolha direta, os envolvidos se dispuseram a participar da pesquisa livremente e a análise foi feita por meio do discurso quantitativo e qualitativo, conforme descrito a seguir.

Quando questionados se gostaram de participar do Programa Mais Educação, 46,66% responderam que sim, o que corresponde 14 alunos, e 53,33% responderam que não, equivalente a 16 alunos. Verifica-se que a maioria dos alunos não gostaram de participar do PME, aspecto a ser investigado pela coordenação do Programa. Vale ressaltar o que diz o Manual Passo a Passo do Programa Mais Educação sobre o planejamento das atividades (BRASIL, 2013b, p. 3):

> A perspectiva é de ampliar tempos, espaços, atores envolvidos no processo e oportunidades educativas em benefício da melhoria da qualidade da educação dos milhares de alunos brasileiros. Desse ideal constitui-se o **Programa Mais educação** como estratégia do governo federal para a promoção da educação integral no Brasil contemporâneo.

Os alunos devem sentirem-se envolvidos para poderem gostar e participar. Considerando que, a partir de uma determinada ação do monitor, eles serão capazes de expressar sua opinião e decidirem se envolver ou não no processo de aprendizagem.

Posteriormente foram questionados sobre os macrocampos, que são as temáticas trabalhadas, e entre eles, quais eles mais gostavam. Sendo que 76,66%

responderam Esporte e Lazer e 23,33% responderam Cultura e Artes, representando 23 e 7 alunos respectivamente. A maioria dos alunos possuem mais afinidade com o esporte, que também desenvolve múltiplas habilidades nos alunos como a organização, concentração, disciplina, pontualidade, participação, companheirismo, entre outros. Esse conjunto de habilidades é importante, porque a partir dele o aluno pode redimensionar suas atitudes para a vida pessoal e profissional. A seguir destaca-se pontos positivos do Programa Mais Educação (MACHADO et al., 2014, p. 89):

> O programa aumenta a jornada escolar nas escolas públicas para, no mínimo, sete horas diárias, funcionando pela ampliação dos tempos escolares e dos espaços educativos nas escolas, pretendendo, com isto, aumentar os conhecimentos dispostos na escola por meio de atividades optativas nos macrocampos: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica.

Compreende-se que o Programa procura beneficiar e dar assistência aos alunos. Os macrocampos vem potencializar a organização da aprendizagem e devem ser explorados em sua particularidade. Essa diversificação permite que o aluno tenha uma visão ampliada do PME, e faça o vínculo dos conhecimentos que se aprende no contexto escolar com os conhecimentos empíricos. E, a falta de exploração dos macrocampos vem se refletir na seguinte pergunta feita aos alunos, que quando questionados sobre “o que você mais gostou no Programa Mais Educação”, obteve-se as seguintes respostas: “Futebol”, “Dança” e “Não gostei de nada”.

Observa-se que o PME está se resumindo somente aos macrocampos “Esporte e Lazer” e “Cultura e Artes” e os demais deixam de ser explorados. Tal situação suscita a refletir, porque a maioria dos alunos não gosta de participar do Programa, pois as atividades tornaram-se monótonas para os alunos. Portanto, os monitores devem refletir sobre seu papel e (re)planejarem suas ações e atividades, pois o Programa Mais Educação no município de Chapadinha está perdendo sua essência.

Essas reflexões se confirmam no seguinte questionamento realizado aos alunos. “Seu monitor desenvolve um bom trabalho?” Das respostas obtidas, 40% disseram sim e 60% disseram não, sendo 12 e 18 alunos, respectivamente. Essas respostas se confrontam com as dos gestores e dos monitores, que em suas falas, garantem a realização de um “bom trabalho”, da “empolgação dos alunos”,

“diversificação de atividades”, que, segundo a fala dos alunos estão resumindo a futebol e dança, esses dados demonstram a insatisfação dos alunos.

Diante dessa realidade a Coordenadora deve buscar reunir os monitores e gestores para trabalhar o que o PME propõe ou reorganizar esse quadro de profissionais. Pois essas atitudes estão refletindo negativamente nos objetivos do PME e da Educação Integral. Considerando que,

> As perspectivas de Educação Integral, [...] reafirmam a ideia de que a educação desempenha um papel significativo e imprescindível na formação humana, que não se esgota no espaço físico da escola, tampouco no tempo diário de quatro horas. Reconhece que os estudantes são sujeitos de vivências que, embora relacionadas às idades de formação específicas e que requerem atenção também específica, dependem de processos educacionais intencionais abrangentes e da abertura do espaço escolar. Tal abertura, por sua vez, está condicionada ao debate sobre os valores com o quais uma dada sociedade justifica o que diz e o que faz perante as novas gerações. (BRASIL, 2009, p. 49).

Os alunos também foram questionados se “Quando o PME recomeçar você participará?”, 26,66% disseram que sim e 66, 66% disseram que não, representando 8 e 22 alunos, respectivamente. Esses percentuais reforçam a insatisfação dos alunos e a ação que os monitores devem assumir com o replanejamento das aulas.

Em seguida, foram indagados, “O que você gostaria de sugerir para o PME?”. Eles responderam, “Espaço adequado”, “Mais organização”, “Mais brincadeiras”, “Outras atividades”, “Aulas de dança”, “Eles dizerem o que é esses macrocampos”. As respostas apresentadas indicam que a proposta do PME, está fragilizada diante das sugestões dos alunos. Porque o espaço deve ser buscado não somente na escola, mas também na comunidade. A organização refere-se ao planejamento das atividades definindo seus horários e locais de funcionamento. As brincadeiras devem serem disseminadas na exploração dos macrocampos. A partir dessas definições, os alunos podem ser atraídos para a aprendizagem.

> As experiências recentes indicam o papel central que a escola deve ter no projeto de Educação Integral, mas também apontam a necessidade de articular outras políticas públicas que contribuam para a diversidade de vivências para tornar a Educação Integral uma experiência inovadora e sustentável ao longo do tempo. (BRASIL, 2009, p. 6).

Nesse contexto, compreende-se que a Educação Integral precisa ser uma ação de colaboração, onde o Programa Mais Educação deveria ser a alternativa que permitiria uma educação além do espaço da sala de aula, com a participação dos alunos na comunidade escolar.

5 CONCLUSÃO

Compreende-se a educação como uma condição necessária para melhorar o mundo em que se vive. Assim sendo, faz-se necessário a aplicação de recursos e investimentos públicos nessa área. Desse modo, o Programa de Educação Integral é uma proposta inovadora a qual colabora para que seja de fato ofertado uma educação de qualidade, com a finalidade de proporcionar aos alunos das instituições públicas uma relação maior e melhor com a arte, com o saber e com a cultura.

Desse modo, adquirindo saberes, esses estudantes têm a chance de se formarem sujeitos melhores e mais habilitados para encarar a vida social, sendo pessoas mais qualificadas para a vida e para o mundo. Entretanto, para que este Projeto se efetive com eficácia é necessário que o Programa defina melhor os critérios para seleção dos profissionais envolvidos, destine investimentos para a preparação dos profissionais, bem como, infraestrutura das instituições escolares e melhor remuneração dos trabalhadores que atuam na educação.

Este trabalho teve como objetivo conhecer o Programa Mais Educação, sua implantação, implementação e possíveis contribuições no município de Chapadinha-MA. Todavia, embora sejam apresentadas algumas dificuldades e situações de estrangulamento revelados no decorrer da ação de desenvolvimento das atividades do Programa Mais Educação e que há contradições entre o que relataram gestores, monitores e alunos, constata-se que apesar dos desafios, existem vários pontos positivos considerando que o Programa, em si, visa a melhoria do rendimento escolar dos alunos, promove uma melhor aplicação do tempo e colabora para a formação de pessoas, uma vez que o ensino desempenha uma função significativa e fundamental na formação integral do sujeito.

REFERÊNCIAS

ALGEBAILE, Eveline Bertino. **Escola pública e pobreza no Brasil:** Ampliação para menos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

BRASIL. **Programa Mais Educação, Educação Integral:** Texto referência para o debate nacional - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2009.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 5. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010a.

_____. **Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010.** 2010b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm>. Acesso em: 23 jan. 2016.

_____. **Manual de dúvida de educação integral.** CEINT: Brasília, 2012.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas constitucionais nos 1/1992 a 72/2013, pelo Decreto legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas constitucionais de revisão nos 1 a 6/1994 [recurso eletrônico]. 37. ed. Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013a.

_____. Programa mais educação: passo a passo. MEC: Brasília, 2013b.

_____. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – 2. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

CAVALIERE, Ana Maria. **Anísio Teixeira e a educação integral.** Paidéia maio-ago. 2010, Vol. 20, No. 46, 249-259. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estados.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/>. Acesso em: 12 jan. 2016.

FERNANDES, Fernanda Oliveira; FERREIRA, José Heleno. **Novos desafios para a educação no brasil**. 2013. Disponivel em: <http://funedi.edu.br/revista/files/numero3/n3%201semestre2012/7educacaoemtempointegral.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2016.

MACHADO, Gabriella Eldereti et al**. Estudo de uma política de educação básica tendo como enfoque a pesquisa sobre o programa mais educação em uma escola da cidade de Alegrete.** Study of a policy of basic education having as a research focus more on education program in a college. 2014. Brasil. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/regae/article/view/13505>. Acesso em: 12 jan. 2016.

ROSA, Viviane Silva da. **O Programa Mais Educação como política pública nacional de educação integral.** IX ANPEDSUL, Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012.

SILVA, Jamerson Antonio de Almeida da; SILVA, Katharine Ninive Pinto. **A hegemonia às avessas no Programa Mais Educação.** Rev. bras. Estud. pedagog. (online), Brasília, v. 94, n. 238, p. 701-720, set./dez. 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário aplicado à Coordenadora

1ª) Qual a necessidade de implantação do Programa Mais Educação no município de Chapadinha?

_____

_____

2ª) Como foram selecionados os alunos e monitores do Programa Mais Educação?

_____

_____

3ª) Os monitores estavam preparados para atuar no Programa Mais Educação em Chapadinha?

_____

_____

4ª) Quais as dificuldades enfrentadas no Programa Mais Educação em Chapadinha?

_____

_____

5ª) As metas foram alcançadas com a implantação do Programa Mais Educação?

_____

_____

APÊNDICE B – Questionário aplicado aos Gestores

1ª) Qual a importância do Programa Mais Educação em Chapadinha?

_____

_____

2ª) Como o Programa contribui para o processo de aprendizagem dos alunos?

_____

_____

3ª) Quais os aspectos positivos do Programa?

_____

_____

4ª) Os alunos se identificam com o Programa Mais Educação?

_____

_____

5ª) De que forma vem sendo desenvolvido o Programa?

_____

_____

APÊNDICE C– Questionário aplicado aos Monitores

1ª) O que é o Programa Mais Educação?

_____

_____

2ª) Quais os pontos positivos do Programa Mais Educação?

_____

_____

3ª) Quais os pontos negativos do Programa Mais Educação?

_____

_____

4ª) Quais as sugestões para melhorar o Programa?

_____

_____

5ª) Você obteve o resultado esperado no Programa?

_____

_____

APÊNDICE D – Questionário aplicado aos Alunos

1ª) Você gostou de participar do Programa Mais Educação?

( ) Sim ( ) Não

2ª) Os macrocampos são as principais temáticas trabalhadas. Qual você mais gosta?

( ) Acompanhamento pedagógico

( ) Meio ambiente

( ) Esporte e lazer

( ) Direitos humanos em educação

( ) Cultura e artes

( ) Cultura indígena

( ) Promoção da saúde

( ) Educomunicação

( ) Investigação no campo da ciências da natureza

( ) Educação econômica

3ª) O que você mais gostou no Programa Mais Educação?

_____

_____

4ª) Seu monitor desenvolve um bom trabalho?

( ) Sim ( ) Não

5ª) Quando o Programa Mais Educação recomeçar você participará?

_____

_____

6ª) O que você gostaria de sugerir para o Programa Mais Educação?

_____

_____